



FILOSOFIA – Capítulo 09

Epistemologia moderna

A BUSCA PELO CAMINHO QUE LEVA À VERDADE	01
RACIONALISMO MODERNO	03
EMPIRISMO MODERNO	11
O EMPIRISMO INGLÊS	13
EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO	20
EXERCÍCIOS PROPOSTOS	21
SEÇÃO ENEM	22

Epistemologia moderna

A BUSCA PELO CAMINHO QUE LEVA À VERDADE

A questão acerca do conhecimento seguro é, sem dúvida, um dos maiores problemas do mundo moderno, o qual difere, essencialmente, do mundo medieval. Neste, o homem estava submetido às verdades reveladas por Deus por meio da Igreja, que se impunha como detentora do saber e do conhecimento em todas as áreas, da moral à ciência do Universo. Temos como exemplo a trajetória de Giordano Bruno, que foi queimado vivo pela Inquisição em 1600, por defender a teoria do heliocentrismo de Copérnico. Outro exemplo é o de Galileu, impedido de falar e publicar suas ideias por estas irem contra as ideias defendidas pela Igreja.

Na Modernidade, veremos a gradativa desmistificação do Universo, o chamado desvelamento ou desencantamento do Universo. Assim, a natureza e o próprio homem tornam-se objeto do conhecimento, o qual deve ser construído pelo homem, não sendo mais determinado pela autoridade eclesiástica.



Frans Hals

Monumento erguido em 1889 no local onde Giordano Bruno foi executado. Campo de Fiori, Roma, Itália.

O homem moderno, portanto, recuperou sua liberdade e autonomia para pensar, apesar da autoridade da Igreja, que ainda exercia grande influência no mundo e nos meios intelectuais. As ideias aristotélicas, que até então tinham servido como base para a Escolástica, não eram mais suficientes para fundamentar o conhecimento seguro sobre o mundo. As superstições cederam lugar à subjetividade, e o papel preponderante do homem abriu caminho para o conhecimento verdadeiro. O mundo se mostrava agora um livro aberto, pronto para ser conhecido. Nessa nova realidade, surgiu então a questão: qual é o caminho que leva ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo? Com isso, a questão do método (do grego *Methodos*: *meta*: rumo; *hodos*: caminho: caminho que leva a algum lugar), ou seja, da teoria do conhecimento ou Epistemologia, tornou-se urgente.

Nesse contexto, ocorre uma inversão de valores e de paradigmas: desde a Antiguidade, acreditava-se no poder do homem para conhecer todas as coisas, ou seja, acreditava-se que o homem poderia conhecer plenamente o mundo e a si mesmo. Na Modernidade, entretanto, manifestam-se outras questões: Qual será a capacidade do homem de conhecer? Como ocorre esse conhecimento? Qual é a origem das ideias?

Apesar de na Modernidade esse problema apresentar novos contornos, ele não é novo. Basta lembrarmos que a Filosofia tem, em sua origem, a ânsia pelo saber. Desde os seus primórdios, os filósofos naturalistas, como Heráclito e Parmênides, já tentavam solucionar o problema do caminho para o conhecimento verdadeiro, o qual tem sido uma das questões mais discutidas e polemizadas na história da Filosofia.

Heráclito, por exemplo, acreditava que as coisas do mundo não possuem uma essência imutável, por isso, a única forma de conhecermos os seres seria através das informações fornecidas pelos sentidos. Já Parmênides, por acreditar que os seres possuem uma essência imutável, defendia que a única maneira de acesso a essa essência era o pensamento puro, a razão.

Platão e Aristóteles, por sua vez, respeitando algumas diferenças de aspectos menores que podem relativizar o problema, também estavam convencidos de que o conhecimento seguro era garantido pela busca das essências dos seres. Platão buscava essas essências no mundo inteligível e Aristóteles, nas coisas sensíveis. Segundo Platão, o único instrumento que leva a tal conhecimento é a alma, onde está a razão, por meio da ascensão dialética. Já Aristóteles acreditava que a experiência levaria, por meio do raciocínio indutivo, a tal verdade.

Na Idade Média, Agostinho, principal representante da Patrística, acreditava que a verdade estava dentro do homem, e esta só seria acessível pela razão, com a ajuda da iluminação divina. Já Tomás de Aquino, importante pensador medieval e maior expoente da Escolástica, valorizava a utilização dos sentidos para as Ciências Naturais e seu papel no conhecimento da natureza.

A questão do método, portanto, é um dos mais importantes problemas filosóficos. Para alguns comentadores, como Caio Prado Júnior, em seu livro *O que é Filosofia?*¹, essa é a verdadeira questão com a qual a Filosofia deveria se preocupar.

Para resolver tal problema, surgem dois caminhos, que ganham destaque na Modernidade: o racionalismo e o empirismo. Mais tarde, teremos também o criticismo kantiano, que consiste em uma síntese entre racionalismo e empirismo.

Racionalismo

1 - [O racionalismo é uma] doutrina que privilegia a razão dentre todas as faculdades humanas, considerando-a como fundamento de todo conhecimento possível. O racionalismo considera que o real é, em última análise, racional e que a razão é, portanto, capaz de conhecer o real e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas. Segundo Hegel: "Aquilo que é racional é real, e o que é real é racional" (*Filosofia do direito*, Prefácio). Oposto a ceticismo, misticismo.

[...]

3 - Contrariamente ao empirismo (valorizando a experiência) e ao fideísmo (valorizando a revelação religiosa), o racionalismo designa doutrinas bastante variadas suscetíveis de submeter à razão todas as formas de conhecimento. Em seu sentido filosófico, ele tanto pode ser uma visão do mundo que afirma o perfeito acordo entre o racional e a realidade do universo quanto uma ética que afirma que as ações e as sociedades humanas são racionais em seu princípio, em sua conduta e em sua finalidade.

RACIONALISMO. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

No final do século XV e durante os séculos XVI e XVII, muitos filósofos se entusiasmaram pela Matemática (aritmética, álgebra e geometria), acreditando, então, que poderiam aplicar o método matemático, puramente racional, a todas as áreas de investigação, garantindo a certeza dos conhecimentos alcançados. O que se utilizaria não seriam os números e os cálculos em si, mas o procedimento dedutivo, isto é, o modo pelo qual a Matemática encadeia as razões ou afirmações segundo certa ordem, chegando a uma conclusão exata e verdadeira. Essa racionalidade se expressaria de modo geométrico, lógico, dedutivo, caracterizando a visão específica do racionalismo moderno ou "grande racionalismo".

Podemos apontar como filósofos que seguem a linha dos grandes racionalistas, respeitando as devidas diferenças: Parmênides (pré-socrático), Sócrates e Platão (Antiguidade), Santo Agostinho (Idade Média), além dos modernos Descartes, Malebranche, Espinosa, Leibniz e Hegel.

Segundo Nicola Abbagnano, em *Dicionário de Filosofia*², o termo racionalismo foi utilizado pela primeira vez por Kant para se referir à sua filosofia transcendental. Já Hegel foi o primeiro a utilizar esse termo para se referir à filosofia que começa com Descartes e se opõe ao empirismo de Locke e seus sucessores.

Uma das querelas da Filosofia diz respeito à utilização do termo "racionalista". Afinal, os pensadores anteriores a Descartes, conhecido como o "o grande racionalista", podem ser também chamados de racionalistas? José Ferrater Mora, em seu *Dicionário de Filosofia*³, encerra essa questão ao se referir a Parmênides e a Platão como racionalistas. Dessa forma, o termo racionalismo é adequadamente utilizado para se referir ao procedimento de filósofos anteriores à Modernidade, os quais buscavam a verdade ou o conhecimento por meio da razão. Nesse caso, podemos dizer que o procedimento é mais importante que o termo, e, nesse caso, tal procedimento é a busca da verdade por meio do pensamento puro.

Não podemos afirmar, porém, que o racionalismo de Platão seja pensado nos mesmos moldes que o de Descartes. O mundo material ou sensível, para Platão, também é importante, sendo incorreto afirmar que existe em sua filosofia um dualismo que diz que as coisas materiais, sensíveis, empíricas sejam ruins em si mesmas e que as ideias inteligíveis sejam alcançadas sem que o homem tenha qualquer contato com as coisas sensíveis.

¹ PRADO Jr., Caio. *O que é filosofia?*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Primeiros Passos, 37).

² ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 822.

³ RACIONALISMO. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001

Empirismo

Doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. Frequentemente fala-se do “empírico” como daquilo que se refere à experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão. O empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As ideias só nascem de um enfraquecimento da sensação e não podem ser inatas. Daí o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de circunscrever.

Seu grande argumento: “Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos.” “A não ser o próprio espírito”, responde Leibniz.

EMPIRISMO. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Se os grandes racionalistas modernos ocupam espaço nos séculos XVI e XVII, os empiristas, principalmente Locke e Hume, o fazem nos séculos XVII e XVIII. Com o aumento da produção industrial, que encontrou seu ápice na Revolução originada na Inglaterra em meados do século XVIII, o conhecimento do mundo passou a ter preocupações tipicamente práticas, por isso a ênfase naquilo que é experimentável, nos sentidos e em um saber que privilegia o conhecimento e a dominação da natureza.

Na linha dos grandes empiristas, encontram-se Heráclito (pré-socrático) e Aristóteles (Antiguidade Grega), além dos modernos Bacon, Pascal, Locke e Hume, sendo os dois últimos os mais importantes representantes do empirismo moderno, chamado também de empirismo inglês.

Assim como racionalismo, o termo empirismo é utilizado principalmente para os modernos, porém, podemos estender sua utilização para os antigos. Aristóteles, por exemplo, quando fala de indução, está se referindo à experiência. Da mesma forma, em seu pensamento ético, quando diz que o homem deve tornar-se melhor, também está se referindo à prática, ou seja, à experiência⁴.

Tal como para Platão, não podemos afirmar que Aristóteles despreza a razão como meio de conhecer as coisas. Pelo contrário, se pensarmos na lógica aristotélica, os argumentos indutivos partem sim de experiências e por meio delas fazem generalizações, já o argumento silogístico ou dedutivo opera de modo puramente racional, o que prova a importância da razão para Aristóteles.

Realizada essa introdução à Epistemologia moderna, falemos agora dos principais pensadores desse período: René Descartes, Francis Bacon, John Locke e David Hume.

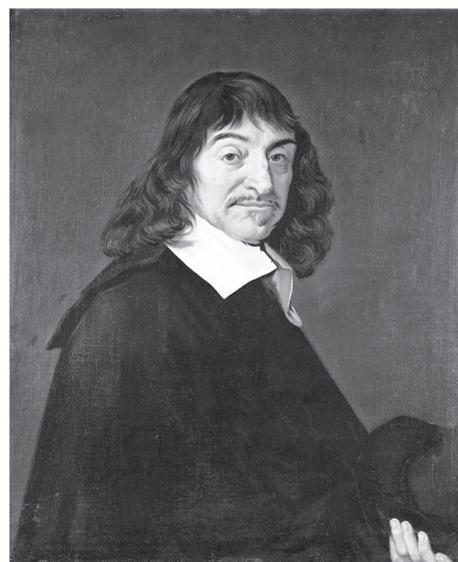
⁴ EMPIRISMO. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

RACIONALISMO MODERNO

René Descartes

Conhecido como o pai da Filosofia Moderna, René Descartes nasceu na França, na cidade de La Haye, região da Touraine, em 31 de março de 1596. Sua família, cujos membros eram comerciantes e médicos, ascendeu socialmente, tornando-se proprietária de terras e de títulos de nobreza, o que levou seu pai, Joachin Descartes, a tornar-se conselheiro no Parlamento da Bretanha. Descartes passou a infância com sua avó, devido à morte de sua mãe quando ele tinha apenas um ano de idade.

Aos dez anos, foi enviado para o Colégio Real na cidade de La Flèche. O colégio, fundado pelos jesuítas sob a proteção do rei Henrique IV, logo ficou conhecido como uma das melhores e mais importantes escolas de toda a Europa. Descartes frequentou essa instituição durante 12 anos, onde obteve uma sólida formação científica e humanística, dedicando-se ao estudo da Lógica, da Matemática e da Filosofia. Logo após, foi estudar na Universidade de Poitiers, onde obteve bacharelado e licenciatura em Direito.



Retrato de René Descartes, conhecido como o fundador da Filosofia Moderna.

Descartes foi um aluno brilhante, tendo seu brilhantismo e sua dedicação levado-o a uma crise profunda em relação a todo o conhecimento científico e filosófico que obteve em seus tempos de estudo. Descartes percebeu que todo o conhecimento que aprendera em La Flèche e na universidade não era tão seguro quanto ele desejava, ou seja, percebeu que, em contraposição a toda e qualquer verdade, sempre havia uma outra ideia, que também se pretendia verdadeira, que a contrariava.

No *Discurso do Método*, o filósofo afirma:

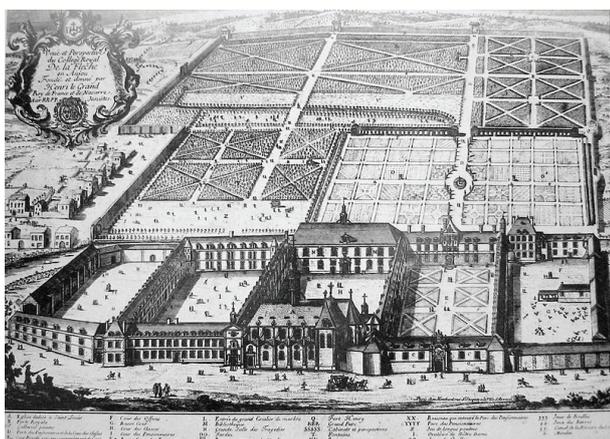
Alimentei-me de letras desde a minha infância, e, devido ao fato de me terem persuadido de que por meio delas podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro sobre tudo o que é útil à vida, tinha extremo desejo de aprendê-las. Porém, assim que terminei todo esse curso de estudos, ao fim do qual costumava-se ser recebido na fileira de doutores, mudei inteiramente de opinião.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. Lisboa, Ed. Marfim, 1989. p. 13.

Dessa forma, Descartes se vê imensamente decepcionado com todo o conhecimento, pois percebe que as ideias que aprendera não poderiam ser satisfatoriamente defendidas pela razão, ou seja, todo o conhecimento aprendido até então era falho. É importante ressaltar que o filósofo não se decepcionou com a escola ou com seus mestres, pelos quais sempre teve grande respeito e admiração, mas com as próprias Humanidades, nas quais se incluía o estudo de Geografia, História, Retórica, Direito, Poesia, Teologia, Lógica, Física, Metafísica, Moral, Medicina e Jurisprudência, dentre outros.

Assim, na filosofia que aprende – como aliás em todos os domínios das “letras” –, Descartes defronta-se com opiniões inseguras e sem nenhuma utilidade prática: as “Humanidades” não serviam verdadeiramente ao homem.

DESCARTES. Vida e obra. In: *Descartes*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. p. 12. Coleção Os pensadores.



Gravura do século XVIII representando o Colégio de La Flèche.

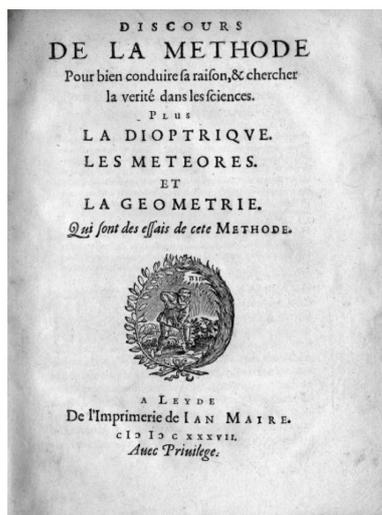
Empolgado com os avanços da Matemática trazidos por Copérnico e principalmente por Galileu e decepcionado com as Humanidades, Descartes acreditava que o conhecimento seguro deveria ser certo e indubitável, tal como são os conhecimentos trazidos pela Matemática. Dedicou-se, então, a buscar esse conhecimento, não em livros e ensinamentos, mas em si mesmo e no “grande livro do mundo”.

O filósofo pronunciou-se sobre a insegurança das verdades filosóficas que poderiam ser colocadas em dúvida da seguinte forma:

Da Filosofia nada direi, senão que, vendo que foi cultivada pelos mais excelsos espíritos que viveram desde muitos séculos e que, no entanto, nela não se encontra ainda uma só coisa sobre a qual não se dispute e, por conseguinte, que não seja duvidosa, eu não alimentava qualquer presunção de acertar mais que os outros; e que, considerando quantas opiniões diversas, sustentadas por homens doutos, pode haver sobre uma mesma matéria, sem que jamais possa existir mais de uma que seja verdadeira, refutava quase como falso tudo o que era somente verossímil. Eis por que, tão logo a idade me permitiu sair da sujeição de meus preceptores, deixei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo-me a não mais procurar outra ciência, além daquela que poderia achar em mim próprio, ou então no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha mocidade em viajar, em ver cortes e exércitos, em freqüentar gente de diversos humores e condições, em recolher diversas experiências, em provar-me a mim mesmo nos reencontros que a fortuna me propunha e, por toda parte, em fazer tal reflexão sobre as coisas que me apresentavam que eu pudesse tirar delas algum proveito. [...] Mas, depois que empreguei alguns anos em estudar assim no livro do mundo, e em procurar adquirir alguma experiência, tomei um dia a resolução de estudar também a mim próprio e de empregar todas as forças de meu espírito na escolha dos caminhos que deveria seguir.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 7

É nesse contexto que Descartes ingressa nos exércitos de Maurício de Nassau em 1618, ano em que se deu o início da Guerra dos Trinta Anos contra os espanhóis pela liberdade da Holanda, país onde mais tarde Descartes foi morar, devido à tolerância e à liberdade cultivadas ali. Na cidade de Breda, conheceu um jovem, de quem se tornou amigo, chamado Isaac Beeckman, que o incentivou a se dedicar à Física e à Matemática. Com o aprofundamento de seus conhecimentos matemáticos, Descartes decide construir uma *Mathesis Universalis* (Matemática Universal), com a qual ele poderia alcançar um conhecimento seguro e claro sobre o mundo, abandonando as incertezas até então reconhecidas nas Humanidades.



O Discurso do método é uma das mais importantes obras de Descartes. Nela, o filósofo tentará encontrar o caminho que leva o homem ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo.

A partir desse momento, Descartes dedicou-se à escrita de suas obras, tendo sido *Discurso do Método*, *Meditações Metafísicas*, *Regras para a direção do Espírito*, *Princípios de Filosofia* e *Tratado das paixões da Alma* suas obras mais importantes. Foi nesse período que conheceu Helène Jans, com quem se casou e teve uma filha, Francine, que faleceu com 5 anos, fato que marcou profundamente a vida do filósofo.

Depois de passar muitos anos na Holanda e de viajar por muitos outros lugares, as ideias de Descartes já eram internacionalmente conhecidas. Em 1649, o filósofo aceitou o convite da rainha Cristina da Suécia para se abrigar em seu palácio em Estocolmo. De saúde frágil desde a sua infância e tendo que acordar de madrugada durante três dias da semana para lecionar à rainha, Descartes não suportou o clima rigoroso daquele país e decidiu ir embora. Ao abandonar a Corte, o filósofo adoeceu, vítima de uma pneumonia que o levou à morte depois de uma semana de grande sofrimento, em 11 de fevereiro de 1650.

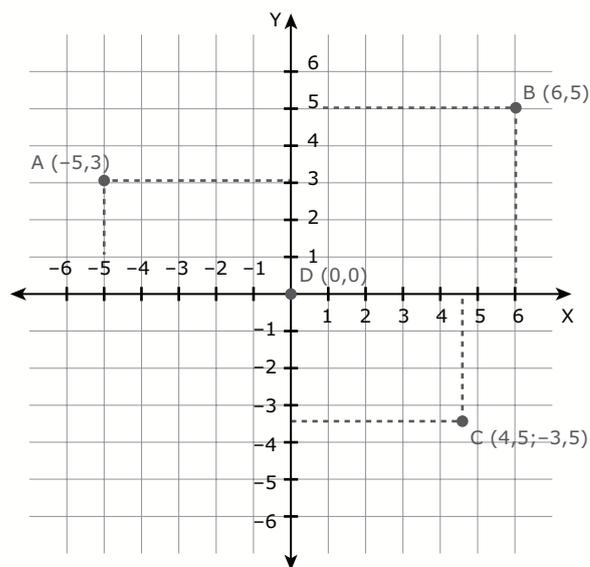
O discurso do método

Empolgado com os avanços da Matemática e decepcionado com as falhas dos conhecimentos científicos e filosóficos aprendidos até então, Descartes deu um passo ousado, tornando-se conhecido e admirado como grande pensador. Segundo ele, o edifício do saber, ou seja, todos os saberes científicos que se pretendiam corretos e verdadeiros sobre o mundo e as coisas, não passava de um conjunto de conhecimentos inseguros e frágeis, os quais poderiam ser contestados pelo uso de argumentos que os abalasses em suas certezas e os tornassem questionáveis.

Dessa maneira, para Descartes, não era possível confiar em nenhum conhecimento científico que não fosse claro e distinto, ou seja, que não fosse transparente para quem a ele recorresse e que não fosse inconfundível com qualquer outra ideia. Foi esta a meta cartesiana: encontrar verdades claras e distintas sobre todas as coisas; verdades estas que serviriam como certeza para a constituição do conhecimento seguro. Porém, Descartes sabia que o edifício do saber, ou seja, as ciências, tem como fundamento verdades filosóficas que, para ele, também são inseguras. Como seria possível construir um novo edifício sobre bases que também eram inseguras? Para Descartes, isso era impossível.

Assim, tomando como base a Matemática, o filósofo tentou construir a *Mathesis Universalis* – Matemática Universal –, com o objetivo de, por meio dela, garantir verdades que fossem por si mesmas indubitáveis. Veja que a ideia cartesiana não era aplicar os números à Filosofia ou às Ciências, mas sim utilizar a lógica matemático-dedutiva para elaborar um método, um caminho que pudesse garantir que o conhecimento alcançado pelo homem fosse seguro e realmente verdadeiro.

Para isso, Descartes eliminou qualquer tipo de conhecimento obtido por meio das experiências, pois considerava que os sentidos eram falhos e, portanto, o conhecimento alcançado por meio deles era impreciso. É exatamente por isso que Descartes é o grande racionalista moderno, uma vez que, para ele, somente a razão, operando com ideias e deduções matemáticas, concatenações de ideias que não sejam originadas dos sentidos, poderia encontrar as verdades.



Os planos cartesianos ou o sistema de coordenadas no plano cartesiano permitiram a criação da geometria analítica.

Porém, não basta aplicar a geometria e a álgebra separadas uma da outra, para delas encontrar as verdades. Segundo Descartes, é necessário unir as duas, de modo que seja possível traduzir os problemas geométricos em linguagem algébrica para alcançar o conhecimento sobre as formas geométricas através das equações. Dessa forma, Descartes funda a geometria analítica, aplicando a álgebra à geometria e estudando as figuras geométricas por meio de equações algébricas.

Para Descartes, procedendo dessa forma, seria possível alcançar verdades sobre o mundo que fossem claras e distintas, ou seja, evidentes à mente humana e sobre as quais não se pudesse duvidar. Nesse sentido, ele afirma, no *Discurso do Método*:

Aquela longa cadeia de raciocínios, todos simples e fáceis, de que os geômetras têm o hábito de se servir para chegar às suas difíceis demonstrações, me havia possibilitado imaginar que todas as coisas de que o homem pode ter conhecimento derivam do mesmo modo e que, desde que se abstenha de aceitar como verdadeira uma coisa que não o é e respeite sempre a ordem necessária para deduzir uma coisa da outra, não haverá nada de tão distante que não se possa alcançar, nem de tão oculto que se não possa descobrir.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

Desse modo, Descartes chega à seguinte conclusão: se fosse possível aplicar às Ciências e à Filosofia a mesma lógica utilizada na Matemática, a qual levava a verdades inquestionáveis, seria possível encontrar verdades tão claras e evidentes que nem os homens mais criativos poderiam ousar duvidar.

Para isso, uma única coisa era necessária: um método adequado. Portanto, Descartes, antes de buscar conhecer o mundo, oferece regras que, se bem seguidas e adequadamente dispostas, levariam o homem ao conhecimento certo, seguro e verdadeiro sobre tudo aquilo que se pode conhecer, ou seja, elabora um método para alcançar tais conhecimentos.

O método cartesiano

O método pensado por Descartes para se alcançar a verdade se baseia em quatro passos ou regras. Segundo o filósofo:

[...] [seriam] regras certas e fáceis que, sendo observadas exatamente por quem quer que seja, tornem impossível tomar o falso por verdadeiro e, sem qualquer esforço mental inútil, mas aumentando sempre gradualmente a ciência, levem ao conhecimento verdadeiro de tudo o que se é capaz de conhecer.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 14.

1ª - Regra da evidência

Não se deve acatar nunca como verdadeiro aquilo que não se reconhece ser tal pela evidência, ou seja, evitar acuradamente a precipitação e a prevenção, assim como nunca se deve abranger entre nossos juízos aquilo que não se apresente tão clara e distintamente à nossa inteligência a ponto de excluir qualquer possibilidade de dúvida.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 13.

É o ponto de partida, mas também o ponto de chegada de todo o conhecimento. Mais do que uma regra, apresenta-se como um princípio norteador de todo o conhecimento. De forma mais simples: o homem só deve acolher como verdade aquilo que aparece ao seu espírito, à sua mente, como uma ideia clara e distinta, que seja evidente e impossível de ser confundida com outra ideia qualquer. Tal como $2 + 2 = 4$ e desta conclusão ninguém em sã consciência poderia duvidar, sendo que essa ideia aparece à mente humana com tal clareza que nenhuma outra ideia pode se confundir a ela, toda e qualquer verdade deve obedecer ao mesmo critério de evidência. Essa verdade é intuitiva e se autojustifica, não necessitando de nenhuma explicação ou argumento que a comprove.

2ª - Regra da análise

[...] dividir cada problema que se estuda em tantas partes menores, quantas for possível e necessário para melhor resolvê-lo.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 13.

Se a intuição da evidência se dá na simplicidade, a segunda regra diz que, diante de um problema, é necessário dividi-lo em tantas partes quanto for possível, evitando, assim, qualquer ambiguidade que possa aparecer e confundir o homem. De acordo com essa regra, deve-se reduzir o complexo ao simples, de forma que aquilo que era maior seja dividido em partes menores e indivisíveis de um todo.

3ª - Regra da síntese

A terceira regra é a de conduzir com ordem os pensamentos, começando pelos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-se, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais complexos, supondo uma ordem também entre aqueles nos quais uns não precedem naturalmente aos outros.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 13.

Essa regra diz que, enquanto a regra da análise divide o problema em partes menores, é necessário que esses problemas sejam resolvidos individualmente, começando dos mais simples até alcançar a resolução dos mais complexos ou mais difíceis.

4ª – Regra da enumeração

A última regra é a de fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais a ponto de se ficar seguro de não ter omitido nada.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Primeira Parte. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 13.

Essa regra diz que, depois de ter dividido o problema em partes menores e de começar a resolvê-los dos mais simples para os mais complexos, deve-se, de tempo em tempo, voltar-se sobre todo o caminho percorrido e verificar se alguma coisa ficou esquecida, ou seja, fazer revisões constantes para verificar se tudo foi dividido na análise e ainda se tudo foi resolvido na síntese.

Segundo Descartes, aplicando esse método a toda e qualquer pesquisa natural ou filosófica, o homem encontraria um conhecimento que fosse obediente à primeira regra, ou seja, que fosse evidente e sem qualquer sombra de dúvida. Se observarmos com cuidado, perceberemos que o método cartesiano baseia-se na simplicidade da resolução das questões matemáticas, em que se parte da ideia de que a resposta alcançada com a resolução do problema deve ser exata e indubitável. Depois, partindo para a resolução propriamente dita, divide-se o problema e inicia-se sua resolução das partes mais simples para as mais complexas. No final ou durante o processo, verifica-se todas as operações realizadas, observando cuidadosamente se não ficou nada sem ser resolvido ou se não se esqueceu de nenhum detalhe. Procedendo deste modo, pode-se afirmar com certeza de que a resposta obtida é correta, ou seja, é evidente.

Cogito, ergo sum

Uma vez estabelecido o método, Descartes tem certeza de que uma verdade só pode ser aceita como tal se aparecer à mente humana com clareza e distinção. Desse modo, ele estabelece o modelo universal, a *Mathesis Universalis*, que guiará o homem em busca de todo e qualquer saber, ou seja, que servirá como instrumento ao novo edifício do saber, tendo o antigo desmoronado uma vez que suas certezas eram contestáveis.

Porém, para que esse novo edifício do saber seja erguido, é necessário que existam certezas claras e distintas da Filosofia, base de toda e qualquer ciência. Mas, que certezas seriam estas? Que verdades filosóficas poderiam sustentar esse novo edifício do saber que trouxesse consigo toda clareza e distinção essenciais ao saber nos moldes cartesianos?

Buscando a verdade filosófica que sustentaria todo o edifício do saber, Descartes, mesmo não sendo um cético, utiliza-se do caminho dos céticos, acreditando que é possível encontrar uma verdade utilizando-se da dúvida somente como instrumento e não como um fim em si mesma. O filósofo coloca tudo em dúvida com objetivo de verificar se, ao final, alguma verdade que possa ser considerada indubitável resiste. Dessa maneira, Descartes desenvolve um caminho sistemático ao colocar em dúvida tudo aquilo que até então era considerado como certeza, o que ficou conhecido como a dúvida metódica, dividida em três passos ou estágios.

Primeiramente, Descartes duvida de todas as verdades que têm como fundamento os sentidos. De acordo com ele, se os sentidos já nos enganaram uma única vez, isto já é o suficiente para que desconfiemos deles todas as vezes. Portanto, não é possível acreditar ou confiar em nenhuma verdade que tenha como fundamento os cinco sentidos, ou seja, o empirismo.

Em segundo lugar, Descartes duvida das realidades do mundo e de si mesmo, propondo que as ideias que temos de nossa existência e do mundo podem não passar de ilusões ou sonhos. Se algumas vezes temos sonhos tão verdadeiros que parecem realidade, não há nada que assegure que estamos acordados ou dormindo, portanto, não há qualquer instrumento ou ideia que sirva para distinguir realidade de sonho, de ilusão. Assim, ele afirma:

[...] E, persistindo nesta meditação, percebo tão claramente que não existem quaisquer indícios categóricos, nem sinais bastante seguros por meio dos quais se possa fazer uma nítida distinção entre a vigília e o sono, que me sinto completamente assombrado: e meu assombro é tanto que quase me convence de que estou dormindo.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.

Em terceiro lugar, Descartes chega à dúvida hiperbólica, dúvida exagerada ou hipótese do gênio maligno. Até então, o filósofo havia desconfiado de todo o conhecimento, salvando de sua desconfiança somente a Matemática, que para ele era o único conhecimento seguro e exato, porque é totalmente racional. Nesse terceiro momento da dúvida metódica, Descartes coloca em dúvida inclusive as verdades matemáticas. E se as verdades matemáticas que aparecem à mente humana de modo intuitivo e evidente não passarem de ilusões coletivas, de mentiras forjadas por um grande gênio maligno que engana todos os homens ao mesmo tempo, fazendo-os acreditar que $2 + 2 = 4$ quando isso não passa de uma ilusão? O saber matemático não poderia ser fruto de um ser superior que sadicamente engana todos os homens para deles rir? As próprias coisas do mundo, as imagens que temos delas, as ideias, não poderiam ser também uma ilusão de um ser enganador, ardisso e astuto?

Presumirei, então, que existe não um verdadeiro Deus, que é a suprema fonte da verdade, mas um certo gênio maligno, não menos astucioso e enganador do que poderoso, que dedicou todo o seu empenho em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos não passam de ilusão e fraudes que Ele utiliza para surpreender minha credulidade.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 88.

Porém, ao final de seu caminho em que colocou todas as coisas, inclusive as verdades matemáticas, em dúvida, Descartes alcança a verdade clara, distinta e inabalável que sustentará todo o edifício do saber, de forma intuitiva e tão evidente que seria impossível que qualquer homem duvide dela: a verdade do *cogito*. Assim, ele afirma:

[...] Somente depois tive que constatar que, embora eu quisesse pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que assim pensava, fosse alguma coisa. E observando que essa verdade – “penso, logo sou” – era tão firme e sólida que nenhuma das mais extravagantes hipóteses dos céticos seria capaz de abalá-la, julguei que podia aceitá-la sem reservas como o princípio primeiro da filosofia que procurava.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*.
Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior.
São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 46.

Para Descartes, o homem pode duvidar de absolutamente tudo. Pode duvidar dos conhecimentos empíricos, de sua existência e da existência do mundo. Pode duvidar até das verdades matemáticas. Ele só não pode duvidar de que duvida, ou seja, de que pensa. E se pensa, ele existe.

Portanto, esta verdade, conhecida como a certeza do *Cogito* (*Cogito, ergo sum!* – Penso, logo existo!), é tão evidente e absolutamente verdadeira que mesmo a dúvida, até aquela mais exagerada, serve como confirmação dela, de forma que o filósofo afirma que, se deixasse de pensar, ele deixaria de existir.

Assim, para Descartes, o que garante a existência humana não são os sentidos, mas o pensamento puro. O homem existe enquanto é substância pensante ou *res cogitans*. O que garante tanto a existência do homem quanto a existência de todas as coisas é a substância pensante, o eu pensante.

[Nesse sentido] existem apenas duas substâncias, claramente separadas uma da outra e irredutíveis uma à outra: a *res cogitans* (coisa pensante) que é o homem, e a *res extensa* (coisa extensa que são as coisas do mundo fora do pensamento). A *res cogitans* é a existência espiritual do homem sem nenhuma ruptura entre pensar e o ser, é a alma humana como realidade pensante que é pensamento em ato, é como pensamento em ato que é realidade pensante. A *res extensa* é o mundo material (compreendendo obviamente o corpo humano), do qual, justamente, se pode predicar como essencial apenas a propriedade da extensão.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. 7v.
São Paulo: Loyola, 2001. Volume III. p. 293.

Uma vez atingida a verdade do *Cogito*, só há uma única instância que garanta a verdade sobre o mundo: o próprio homem. Não há necessidade de se encontrar provas ou justificativas, muito menos empíricas, fora do homem que garantam a verdade. Toda pesquisa deve somente buscar o grau máximo de clareza e distinção, dadas pelo pensamento puro. Se a verdade aparecer à mente humana com clareza e distinção, essa ideia é verdadeira. É justamente por isso que Descartes representa o maior expoente do racionalismo moderno: ele acredita que as verdades são alcançadas unicamente pela razão humana e nada mais. O próprio método cartesiano tem como base a razão, o pensamento claro e distinto que, aplicado adequadamente ao mundo, às ciências, produzirão verdades claras e distintas.

A existência de Deus

Descartes chegou à ideia do *Cogito*, considerando-a indubitável e autoevidente. Porém, surge um outro problema: se o fundamento do conhecimento verdadeiro está na consciência, o homem tem, enquanto ser pensante, uma multiplicidade de ideias em sua mente, e sobre essas ideias a Filosofia deve se debruçar a fim de constatar a sua veracidade. E há ainda outro problema: será que as ideias que o homem tem de um objeto do mundo correspondem verdadeiramente a esse objeto? Como é possível sair da ideia em si e alcançar o mundo externo de forma que ele corresponda exatamente ao que se pensou dele? As ideias são puras representações mentais ou elas correspondem exatamente ao mundo externo, à realidade objetiva fora do homem?

Para responder a essas perguntas, é necessário, em primeiro lugar, compreendermos como Descartes divide essas ideias. Ele as classifica em 3 grupos:

1 – Ideias inatas: são aquelas que nascem com o homem, que são intrínsecas à sua consciência. São as ideias de Deus, de corpo, de formas geométricas – como triângulos, círculos, dentre outras –, que representam em si as essências imutáveis e verdadeiras.

2 – Ideias adventícias: são ideias estranhas, que vêm de fora do homem, como as ideias dos objetos.

3 – Ideias factícias: são as ideias inventadas pelo homem.

Essas três classes de ideias existem subjetivamente na mente humana. A questão para Descartes é saber se elas são também objetivas, ou seja, se aquilo que existe na mente também existe no mundo e corresponde à realidade das coisas. Para o filósofo, as ideias factícias são ilusórias e, portanto, arbitrárias, devendo ser ignoradas.

As ideias inatas só existem na mente do homem, portanto, não se referem a nada do mundo externo, já nasceram com o homem e encontram fundamento no *res cogitans*, não sendo questionáveis. O problema está, então, com as ideias adventícias: será que aquilo que o homem pensa sobre o mundo corresponde à realidade das coisas, ou tais ideias não passam de uma ilusão?

Para resolver esse problema, Descartes lançou mão da ideia de Deus. O filósofo considera certo que a ideia de Deus existe, mas questiona: teria sido ela criada pelo homem ou existe por conta própria? A ideia de Deus é objetiva ou subjetiva?

Descartes considera, nas *Meditações Metafísicas*:

[que a ideia de Deus se constitui em] uma substância infinita, eterna, imutável, independente e onisciente, a qual eu próprio e todas as outras coisas que existem (se é verdade que há coisas existentes) fomos criados e produzidos.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 87.

Nesse sentido, o filósofo concluiu que a ideia de Deus era inata, porque os homens, sendo seres imperfeitos e limitados, não poderiam ser a causa de uma ideia de perfeição e eternidade, uma vez que tal ideia seria o efeito de uma causa, e a causa não traria a perfeição que a ideia exige. De forma mais simples: a ideia de Deus não poderia ter como causa de sua criação o homem, porque este é imperfeito, e um ser imperfeito e limitado não poderia elaborar a ideia de perfeição e eternidade. Portanto, a ideia de Deus é inata e só poderia ter como causa um ser que também fosse perfeito e eterno, nesse caso, somente Deus poderia criar essa ideia e colocá-la na mente do homem, e, assim, pelo raciocínio de Descartes, Deus existe. Nas palavras do filósofo:

[...] fica evidente que o autor dessa idéia que está em mim não sou eu, imperfeito e finito, nem qualquer outro ser, da mesma forma limitado. Tal idéia, que está em mim, mas não é de mim, só pode ter por causa adequada um ser infinito, isto é, Deus.

DESCARTES, René. *Meditações primeiras*. In: *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 91.

E quando considero que duvido, isto é, que sou uma coisa incompleta e dependente, a idéia de um ser completo e independente, ou seja, de Deus, apresenta-se a meu espírito com igual distinção e clareza; e do simples fato de que essa idéia se encontra em mim, ou que sou ou existo, eu que possuo esta idéia, concluo tão evidentemente a existência de Deus e que a minha depende inteiramente dele em todos os momentos da minha vida, que não penso que o espírito humano possa conhecer algo com maior evidência e certeza.

DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 297-298.

Desse modo, Descartes elabora um argumento denominado de prova ontológica da existência de Deus: a existência de Deus é parte integrante de sua essência. Assim, é impossível ter a ideia de Deus sem que Ele exista, sendo o próprio criador de sua ideia, perfeita e infinita, que a coloca na mente do homem, ser imperfeito e finito. A ideia de Deus, segundo Descartes, é a marca que o artesão (Criador) deixa em sua obra (homem). Nesse sentido, Descartes descarta a hipótese do gênio maligno, visto que o filósofo não havia afirmado que Deus seria de fato um ser maligno.

Para Descartes, Deus é bom, perfeito, eterno e infinito. Ele criou o homem e o fez capaz de conhecer o mundo. Não sendo mal, mas sumamente bom, Deus não permitiria que o homem, ao encontrar uma verdade clara e distinta sobre o mundo, estivesse errado, ou estivesse tão enganado que tomasse como verdade aquilo que não passa de uma mentira. Dessa maneira, é Ele que garante que o homem, ao alcançar uma verdade pela intuição intelectual, encontre a verdade. Assim, o homem, quando alcança alguma ideia adventícia, proveniente das coisas para a consciência, isto é, alcança alguma ideia sobre o mundo e ele mesmo enquanto *res extensa*, se esta ideia aparece à sua mente com clareza e distinção, quem garante que essa ideia é verdadeira (sua objetividade), correspondendo de fato à verdade daquilo a que se refere, é o próprio Deus.

Pelo princípio da correspondência, a ideia subjetiva do homem sobre as coisas do mundo realmente corresponde a essas coisas, e quem garante esse conhecimento verdadeiro é Deus. Mas, então, surge a questão: e se o homem racional não encontra a verdade? Isto significa que ela não existe? A essa questão Descartes responde:

[...] o bom senso (a razão) é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 29.

Assim, o homem racional só não encontra a verdade sobre o mundo se ele não seguir os passos corretos do método.

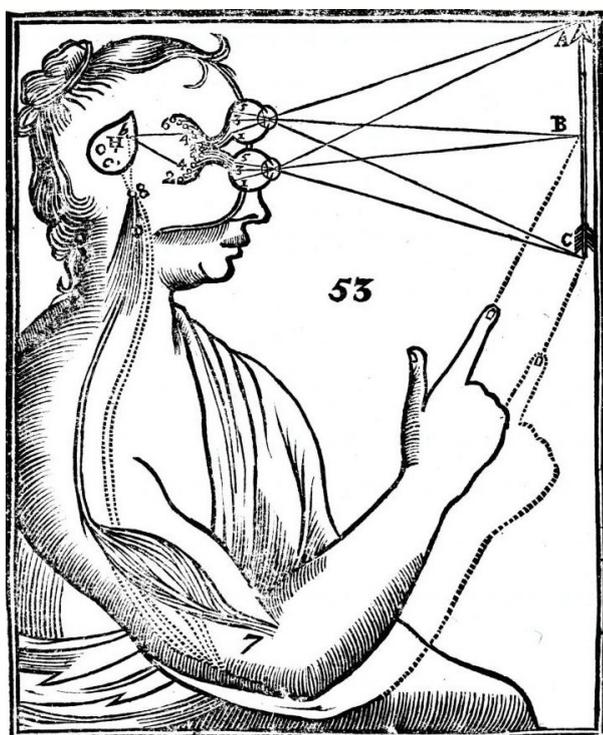
Com duas verdades claras e distintas, a do *Cogito* e a de Deus, Descartes encontrou os fundamentos firmes e incontestáveis que sustentarão todo o edifício do saber, o qual tem, em sua essência, a ideia de que aquilo que o homem pensa, através do método, sendo uma ideia clara e distinta, é verdade, e quem garante essa verdade é Deus.

As consequências do pensamento cartesiano para o mundo ocidental

Sem dúvida, Descartes foi um dos grandes pensadores da história da Filosofia que mais contribuiu para a formação do pensamento ocidental. Sua preocupação com o método, ao tentar responder à pergunta "O que é possível conhecer?", o levou aos mais ilustres altares do pensamento filosófico, tendo ficado conhecido, inclusive, como o fundador da Filosofia Moderna.

Descartes trouxe à baila a questão do conhecimento e como este pode ser alcançado pelo homem, que, por ser racional, pode alcançar a verdade sobre o mundo se seguir os passos corretos para isso. A importância da filosofia de Descartes é tanta, que muitos depois dele acreditaram que o objetivo único e verdadeiro de toda a Filosofia seria tratar somente da Epistemologia.

Porém, outra consequência do pensamento cartesiano entrou para a história e até hoje é vista como uma questão permanente da Filosofia: o dualismo psicofísico ou dicotomia entre corpo e mente do homem.



Nessa imagem, busca-se mostrar a ligação existente entre a percepção sensorial de uma imagem e a ação muscular. A imagem é transferida dos olhos para a glândula pineal. A reação entre a imagem e a glândula determina a ação motora.

Ao chegar à certeza do *Cogito*, Descartes afirmou que a realidade do pensamento é mais clara e anterior à realidade da existência física ou material do homem. Inclusive, disse que aquilo que garante a existência material do mundo e do próprio homem é o pensamento, por isso, primeiramente, o homem pensa e só depois se conclui que ele existe. Nesse momento, ocorre a divisão entre *res cogitans* (coisa pensante, substância pensante) e *res extensa* (coisa extensa ou coisa material), sendo que a primeira garante a existência da segunda.

Esse antagonismo entre pensamento e matéria, corpo e alma, foi tido durante pelo menos três séculos como uma verdade incontestável em relação ao homem. De fato, o homem tem em si uma dimensão de puro pensamento, a consciência, e outra dimensão material, o corpo. Essa separação do homem trouxe muitas consequências, por exemplo, para a Medicina, que passou a compreender o homem como duas coisas separadas. A partir dessa concepção, a função do médico passou a ser curar o corpo, os males físicos, sem se importar se tais males estão ligados ou têm como causa algum mal ou distúrbio mental, psicológico.

Essa separação corpo-alma, porém, é hoje combatida por muitos pensadores, que tentam unificar o que Descartes separou, buscando uma compreensão mais holística do homem, concebendo-o como uma unidade em que mente e corpo se interligam e se complementam.

Será que essas duas instâncias ou substâncias do homem – a *res cogitans* e a *res extensa* –, completamente diferentes, se comunicam de alguma forma? Buscando uma possível solução para esse problema, Descartes escreveu duas obras nas quais trata desse assunto: *Tratado sobre o homem* e *As paixões da alma*. Nelas, o filósofo encontra o ponto de comunicação entre corpo e mente, entre matéria e consciência, denominado por ele de glândula pineal. A respeito dessa ligação, Descartes afirma:

Não basta que ela (a alma) seja inserida no corpo como um piloto em seu navio, senão, talvez, para mover seus membros, mas é necessário que ela seja conjugada e unida mais estreitamente com ele, para, ademais, experimentar sentimentos e apetites semelhantes aos nossos, compondo assim um verdadeiro homem.

DESCARTES, René. *Discurso do método*.
São Paulo: Martin Claret, 2002. P.46.

E ainda:

É preciso saber que, por mais que a alma esteja conjugada com todo o corpo, entretanto há no corpo algumas partes em que ela exerce suas funções de modo mais específico que em todas as outras [...] A parte do corpo em que a alma exerce imediatamente suas funções não é em absoluto o coração e nem mesmo todo o cérebro, mas somente a parte interna dele, que é certa glândula muito pequena, situada em meio à sua substância e suspensa sobre o conduto pelo qual os espíritos das cavidades anteriores se comunicam com os espíritos das cavidades posteriores, de modo que os seus mais leves movimentos podem mudar muito o curso dos espíritos [...]

DESCARTES, René. *As Paixões da Alma*.
Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr.
São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 238.

Constata-se, portanto, que, embora de uma forma um pouco precária, Descartes une novamente corpo e alma, apesar de, em sua filosofia, ter ficado mais evidente a separação entre essas duas substâncias.

EMPIRISMO MODERNO

Francis Bacon

Francis Bacon nasceu em 22 de janeiro de 1561 em York House, Strand, Inglaterra. Devido ao fato de seu pai ter sido tabelião da rainha Elizabeth, Bacon foi introduzido desde cedo na Corte inglesa. Entrou na Universidade de Cambridge aos 12 anos e, em 1575, obteve o título de advogado e jurisconsultor no Gray's Inn, em Londres. Aos 23 anos de idade, entrou para a carreira política, sendo eleito para a Câmara dos Comuns onde permaneceu durante 20 anos. Ocupou cargos importantes na política da Inglaterra, principalmente quando Jaime I subiu ao trono, tornando-se advogado-geral, procurador-geral da Coroa e lorde tabelião. Recebeu o título de lorde e, depois, de visconde.



Francis Bacon

Em 1620, publicou sua mais importante obra, o *Novum Organum*, que deveria, em sua opinião, substituir o *Organum* aristotélico. No ano seguinte, foi acusado de corrupção por ter aceitado presentes de uma das partes envolvida em um processo que ele deveria julgar, e, assim, sua brilhante carreira sofreu um duro ataque do qual nunca se recuperou. Foi condenado por crime de corrupção, permanecendo na prisão por poucos dias, tendo pagado uma multa e sido perdoado pelo rei. Francis Bacon faleceu em 1526.

Bacon ficou conhecido, juntamente com Descartes, como um dos fundadores do pensamento moderno. Porém, seguiu decididamente o caminho inverso do racionalismo ao defender o método experimental para se alcançar um conhecimento verdadeiro sobre o mundo. Entrou para a História como um dos grandes críticos da Escolástica medieval, uma vez que esta se ocupava de um conhecimento contemplativo sem se preocupar com o aspecto prático e instrumental da Ciência. Também foi um crítico de Aristóteles, considerando a lógica aristotélica, principalmente os argumentos dedutivos, estéril para o conhecimento do mundo. Bacon chegou inclusive a afirmar que a filosofia grega se fundamentava mais em discursos do que em conhecimentos que levariam a algum progresso da Ciência ou do conhecimento do mundo. O *Novum Organum* trabalha essa problemática ao ser concebido como um instrumento eficaz para o conhecimento e dominação da natureza.

Saber é poder

Bacon, ao discutir a forma de se conhecer a natureza eficazmente, faz uma distinção entre os conceitos de antecipações da natureza e de interpretações da natureza.

As antecipações da natureza são conhecimentos obtidos por meio de axiomas construídos a partir de poucos dados reais, sendo a razão a guia dessas "verdades". Para Bacon, este é um conhecimento temerário e prematuro da razão que o homem costumeiramente tem, não passando de ideias obtidas do senso comum e de forma assistemática, já que foram formadas a partir de uma primeira noção pouco precisa sobre os fenômenos da natureza e foram aceitas pelos homens sem antes verificá-las. Essas "verdades" sobre a natureza são precipitadas, obtidas por meio de poucos e insuficientes exemplos.

Por outro lado, temos as interpretações da natureza, que têm como objetivo interrogar a realidade, subjulgando-a até que se alcance o conhecimento verdadeiro. Para o filósofo, são essas interpretações que levam ao verdadeiro conhecimento do mundo, já que se comprometem com a realidade e se constroem a partir de muitos exemplos e experimentações.

Para que se alcance a verdade sobre o Universo, é necessário, portanto, que sejam feitas experiências sucessivas por meio do método indutivo, que consiste em partir de um estudo sério e pormenorizado dos casos particulares para se alcançar uma ideia geral que seja fundada em muitos e fartos exemplos.

O método indutivo, apesar de à primeira vista parecer difícil, pois não traz imediatamente as respostas, é considerado por Bacon como o mais adequado e o único capaz de garantir um conhecimento de fato sobre o mundo natural, sendo, na linguagem do filósofo, o verdadeiro método do conhecimento. Bacon propõe, assim, a formulação do conhecimento através de uma ciência aplicada, a qual dá ao homem o conhecimento das leis que regem a natureza, permitindo a ele interagir e controlar a natureza de acordo com seus interesses e em seu próprio benefício.

Partindo dessa distinção entre antecipação e interpretação da natureza, podemos dividir a filosofia de Bacon em dois momentos:

1º momento – Retirar da mente todo conhecimento que não seja verdadeiro, ou seja, todo conceito ou pré-conceito criados a partir das antecipações da natureza. Essas falsas noções que devem ser eliminadas são chamadas por Bacon de ídolos.

2º momento – Expor as regras do único método correto que pode levar o homem ao conhecimento do mundo de forma verdadeira.

A teoria dos ídolos

Quais são as falsas noções que tomam conta do intelecto humano e o impedem de alcançar os verdadeiros conhecimentos sobre o mundo?

Para Bacon, o primeiro passo para se chegar à verdade deve ser reconhecer essas falsas noções, tornar-se consciente delas, para mais tarde, através do método correto de investigação científica, se livrar delas.

Os ídolos e as falsas noções que invadiram o intelecto humano, nele lançando raízes profundas, não só sitiam a mente humana, a ponto de tornar-lhe difícil o acesso à verdade, mas também (mesmo quando dado e concedido tal acesso) continuam a nos incomodar durante o processo de instauração das ciências, quando os homens, avisados disso, não se dispõem em condição de combatê-los à medida do possível.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume III. p. 269.

São quatro os ídolos que atrapalham o conhecimento verdadeiro.

1 – Ídolo da tribo

[os ídolos da tribo] estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana.

BACON. *Novum Organum*. Livro I, LXXII.

Tribo, para Bacon, significa a espécie humana, a raça humana. Assim, o homem coloca na natureza exterior aquilo que é de sua natureza própria. Tais ídolos acontecem quando o homem mistura o intelecto humano à natureza das coisas, dando a elas características que são próprias dos homens ou que lhes agradam. O homem dá ao Universo e à natureza relações e ordens que não existem, mas que ele acredita existirem porque lhe convém, enxergando as coisas de acordo com as limitações que são próprias da espécie humana. A natureza não é o que achamos que ela seja, ela tem uma objetividade que se constitui em suas verdades. A dificuldade de se encontrar a verdade não se refere às limitações individuais, mas às limitações da espécie humana.

2 – Ídolos da caverna

Cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza; seja devido à natureza singular de cada um, seja devido à educação ou conversação com os outros, seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram.

BACON. *Novum Organum*. Livro I, LXXII.

Ao contrário do ídolo da tribo, que diz respeito ao conjunto dos homens, o ídolo da caverna diz respeito às falsas noções ou ideias provenientes dos homens em particular. Desse modo, Bacon afirma que “o espírito humano – tal como se acha disposto em cada um – é coisa vária, sujeita a múltiplas perturbações, e até certo ponto sujeita ao acaso”⁵.

Desse modo, esses ídolos referem-se às concepções e aos pré-conceitos particulares.

3 – Ídolo do foro (ou do mercado)

A relação entre os homens ocorre por meio da fala, mas os nomes são impostos às coisas segundo a compreensão do vulgo.

Bacon. *Novum Organum*. Livro I, LXXII.

Esses ídolos dizem respeito à linguagem, e por isso Bacon os considera os piores e mais graves ao entendimento humano. Para o filósofo, as palavras são imprecisas e se referem a coisas cuja natureza os homens não dominam. Dessa forma, eles utilizam termos e palavras sem saber exatamente o que significam, causando grande confusão.

4 – Ídolo do teatro

[Os ídolos do teatro] penetram no espírito humano por meio das diversas doutrinas filosóficas e por causa das péssimas regras de demonstração.

BACON. *Novum Organum*. Livro I, XCV.

⁵ BACON. *Novum Organum*. Livro I, LXXII.

Segundo Bacon, esses são os ídolos derivados das diversas doutrinas filosóficas e científicas que não são verdadeiras, não passando de representações fantasiosas que poderiam ser representadas em um teatro, pois são ilusórias.

Dessa forma, Bacon nos mostra quais são os preconceitos dos quais os homens devem se ver livres. Assim, passamos à segunda parte de sua filosofia, que busca mostrar qual deve ser o melhor caminho ao conhecimento verdadeiro.

O método indutivo

Quando o homem consegue purificar sua mente dos ídolos, ele deve buscar obter o conhecimento do mundo de forma experimental, por meio da indução. Segundo Bacon, o homem deve se colocar como uma criança diante da natureza para compreendê-la tal como ela é, sem ideias pré-concebidas. O novo método indutivo deve se preocupar com a regularidade dos fenômenos naturais, suas diferenças e seu funcionamento, de modo que, pela observação da experiência, se alcance uma lei geral. Para essas observações, pode ser necessário o uso de instrumentos, vistos como extensões dos sentidos humanos, de modo que se superem as suas limitações.

Bacon representou o espírito da Ciência moderna ao defender o progresso da Ciência e sua aplicação na vida humana. Ele buscou uma ciência prática, ativa e atuante, que rompesse, através da crítica, com as antigas concepções ou ídolos, sendo capaz de representar a busca pelo domínio e pela transformação da natureza, a qual deve servir ao homem em suas necessidades.

O EMPIRISMO INGLÊS

O século XVI foi marcado pela eminência do racionalismo, corrente filosófica que encontrou seu auge com a filosofia de René Descartes. O racionalismo representou, por seu modo de tentar compreender o mundo, a valorização da razão em contraposição à força da autoridade medieval e antiga, representada pela Escolástica, que encontrou no Renascimento a sua crítica mais importante. O racionalismo moderno encontrou na Matemática de Copérnico e de Galileu (para citar alguns dos grandes expoentes desse pensamento) o caminho que levaria à verdade sobre o homem e o mundo, tendo, por consequência, a valorização do método dedutivo-matemático como caminho para o conhecimento das essências, das ideias e dos princípios que conduziram o pensamento humano ao seu pleno desenvolvimento.

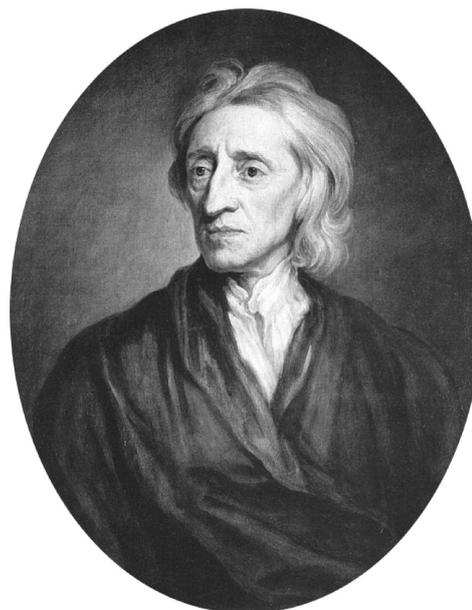
Porém, o movimento que surgiu no século posterior tomou novos caminhos: não bastava conhecer o mundo, era necessário dominá-lo e transformá-lo de acordo com as necessidades humanas. Tal ideia encontrou seu ápice na Revolução Industrial, nascida na Inglaterra, que teve como base teórica o pensamento do filósofo inglês Francis Bacon. O que interessava aos pensadores dos séculos XVII e XVIII era o conhecimento instrumental que conduziria à descoberta de leis naturais através das quais se poderia dominar a natureza.

Nesse contexto, o empirismo moderno se fortaleceu na busca do progresso da humanidade por meio do desenvolvimento das Ciências. As discussões metafísicas cederam lugar às discussões práticas de como a natureza se comporta e como o homem pode interferir nela. Porém, para que isso fosse possível, era necessário responder à pergunta acerca do limite do conhecimento humano, sobre aquilo que o homem pode conhecer, sobre como as ideias são construídas na mente humana e sobre o papel dos sentidos para o conhecimento seguro e verdadeiro da natureza.

Apesar de Bacon também fazer parte dessa tradição empirista, os maiores representantes do chamado Empirismo Inglês nos séculos XVII e XVIII foram os pensadores John Locke e David Hume.

John Locke

John Locke, um dos mais importantes pensadores da Epistemologia moderna, é considerado o pai do empirismo. Apesar de ter se dedicado também a reflexões políticas, a importância de sua filosofia deu-se principalmente em relação à teoria do conhecimento.



Sr. Godfrey Kneller

John Locke

Sua obra mais importante foi *Ensaio sobre o entendimento humano*, publicada em 1690. Locke debruçou-se sobre essa obra durante 20 anos e é nela que ele trata daquilo que é mais caro à sua filosofia: os limites, as capacidades e as funções do intelecto humano. Segundo Locke, sua função com essa obra é trabalhar como um "ajudante de jardinagem, preparando o terreno e removendo o entulho que atrapalha o caminho do conhecimento"⁶.

Desse modo, Locke se propõe a refletir sobre como o homem pode alcançar o conhecimento, buscando entender, primeiramente, como as ideias são construídas na mente humana.

É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que ela é suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas aquelas que se referem à nossa conduta.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 32.

A filosofia de Locke possui três interesses principais:

- 1 – Epistemológico:** Locke procura saber a origem das ideias e como elas são construídas pelo homem. Esse é o aspecto mais importante de toda a sua reflexão filosófica.
- 2 – Político:** Locke busca compreender a formação do Estado e legitimar a propriedade privada.
- 3 – Religioso:** Locke busca estabelecer os traços essenciais da revelação de Deus aos homens.

Neste módulo, iremos tratar exclusivamente da Epistemologia de John Locke.

Crítica ao inatismo

Ao contrário de pensadores anteriores, Locke inovou ao afirmar que não é possível conhecer todas as coisas, mas somente aquelas que estão de acordo com as possibilidades humanas de conhecer.

Nesse caminho crítico, Locke contraria a posição filosófica de Descartes, ao afirmar que não existem ideias inatas, como a ideia de Deus, que, segundo a filosofia cartesiana, está presente por natureza na mente humana. Ao contrário, Locke defende que a mente humana é uma tábua rasa, uma folha de papel completamente em branco em que não há, absolutamente, nenhuma ideia escrita *a priori*, ou seja, não há a presença de nenhuma ideia previamente inscrita na mente dos homens.

Aqui se faz necessário definir de modo pormenorizado o que Locke entende por ideia. Enquanto na tradição platônica ideia era um ser em si mesmo, uma entidade metafísica, uma substância que existia por conta própria, com Descartes e Locke, essa concepção de ideia se esvai. Para esses dois filósofos, ideia é um conteúdo do pensamento humano, ou seja, é um pensamento sobre alguma coisa, não tendo realidade em si mesma e só existindo enquanto construção mental.

A diferença entre a posição filosófica de Descartes e a de Locke é que, enquanto o primeiro acredita que algumas dessas ideias são inatas e outras são adventícias e factícias, para o segundo, as ideias que existem na mente não podem, de forma alguma, serem inatas. Dessa maneira, Locke defende que:

- A)** não existem ideias, princípios ou quaisquer conteúdos inatos na mente humana;
- B)** nenhum intelecto humano é capaz, de forma alguma, de criar ou destruir ideias que existam nele;
- C)** a única fonte das ideias é a experiência, ou seja, todas as ideias são originadas nas experiências humanas.

O principal argumento que Locke refuta é aquele acerca da presença de ideias inatas, elaborando, assim, a sua crítica ao inatismo, segundo a qual, se existissem ideias inatas, todos os homens deveriam alcançá-las, o que não acontece, por exemplo, com a ideia de Deus ou com os princípios de identidade e de não contradição⁷. Se existissem ideias morais inatas – por exemplo a ideia de que matar uma criança é errado por si mesmo e, logo, essa "lei" deveria estar inscrita na mente e no coração de todos os homens –, todos deveriam seguir tais ideias, o que, na prática, não acontece, pois algumas culturas aceitam valores e fatos que para outras seriam absurdos ou antinaturais, agindo, portanto, de modo diferente. Assim, para Locke, sustentar que as ideias inatas existam, mas que não foram encontradas por alguns, seria absurdo.

⁶LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. *Epístola ao leitor*. p. 27.

⁷**Identidade:** Na lógica, o princípio da identidade, uma das três leis básicas do raciocínio para Aristóteles, se expressa pela fórmula "A = A", ou seja, todo objeto é igual a si mesmo. IN: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Contradição: [...] A ontologia tradicional tem por premissa fundamental o princípio da não-contradição aplicado ao ser mesmo. O pensamento da contradição é insustentável, porque desqualifica todo pensamento, que se torna uma opinião sem valor de verdade. IN: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.



Barolomé Esteban Murillo

Sagrada família (1650). Segundo Locke, tudo o que conhecemos sobre o mundo chega à nossa mente através dos sentidos. Nessa imagem, a criança, observando o cachorro, chegará à ideia de o que é um cachorro.

Locke afirma que não há motivos para crer que a alma pense antes que os sentidos lhe tenham fornecido ideias nas quais pensar.

As ideias, especialmente as pertencentes aos princípios, não nascem com as crianças. Se consideramos cuidadosamente as crianças recém-nascidas, teremos bem poucos motivos para crer que elas trazem consigo a este mundo muitas ideias. Exceção, talvez, algumas pálidas ideias de fome, sede e calor, e certas dores, que sentiram talvez no ventre, não há a menor manifestação de ideias estabelecidas nelas, especialmente das ideias que respondem aos termos que formam proposições universais que são consideradas princípios inatos. Pode-se perceber como, por graus, posteriormente, as ideias chegam às suas mentes, e não adquirem mais, nem outras, do que as fornecidas pela experiência e a observação das coisas que aparecem em seu caminho, o que deve ser suficiente para convencer-nos de que não há caracteres originais impressos na mente.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*.
São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 51.

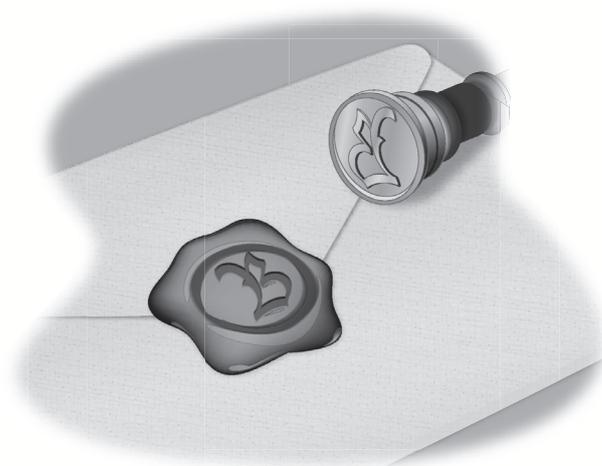
Ou seja, são os sentidos, as experiências, que oferecem à mente a matéria-prima das ideias. Defendendo a ideia da tábula rasa, Locke afirma:

Suponhamos, pois, que a mente é, como papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde provém este vasto estoque, que ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela como uma variedade infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? Aí eu respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidos e refletidos, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*.
Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed.
São Paulo: Abril Cultura, 1978. p. 159.

É clara a diferença entre a concepção de conhecimento para Locke e para Descartes. Este prioriza o papel do sujeito para o conhecimento, uma vez que aquilo que garante a verdade é a ideia clara e distinta que o sujeito conhecedor alcança, sem interferência do objeto, sobre a coisa que está sendo pensada.

Por outro lado, de acordo com a tese empirista de Locke, o conhecimento alcançado sobre algo é fruto das experiências realizadas, as quais dão ao homem os conteúdos essenciais a partir dos quais as ideias serão formadas. Para Locke, a mente humana é como cera quente, que, aos poucos, vai adquirindo a forma do objeto que está sendo experimentado.



Segundo Locke, a mente humana é como se fosse uma cera quente que recebe a figura do brasão. O que permanece na mente são as ideias, cópias das experiências realizadas.

A constituição das ideias

Locke acredita que todas as ideias nascem da experiência, por isso é necessário distinguir as experiências, já que não há ideias inatas no homem. Assim, em sua filosofia, ele distingui as experiências em dois tipos:

A) Experiências externas dos objetos que nos cercam.

Essas experiências geram a ideia simples ligada às sensações, como as ideias de cor, odor, sabor, textura, som e cheiro. E, pelo conjunto de sensações, geram as ideias de solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração.

Exemplo: Ao se observar uma piscina, percebe-se que sua água está transparente, fria e com odor de cloro. Também é possível perceber que ela é grande, profunda, que a água está em movimento e que foi construída em formato retangular.

É necessário deixar claro que as ideias simples, que nascem dos sentidos particulares, são subjetivas, já que podem variar de uma pessoa para outra. Duas pessoas podem, por exemplo, ter sensações diferentes sobre a água da piscina, sendo que para uma a água pode estar extremamente fria e, para a outra, nem tanto. Porém, as ideias simples relacionadas às qualidades físicas do objeto em questão, como comprimento, profundidade, extensão, não variam, uma vez que não dependem de impressões subjetivas, mas dizem respeito às suas características objetivas.

B) Experiência realizada pela reflexão.

Reflexão é a capacidade da mente de perceber seus processos internos; logo, esse tipo de experiência refere-se à mente pensando em si própria ao produzir as ideias. A mente humana não possui ideias inatas, mas pode trabalhar com as percepções originadas da sensibilidade do homem.

Exemplos: prazer, dor, força, distinção, comparação, etc.

Qualidades primárias e secundárias

Os objetos do mundo externo que geram as ideias simples podem ser conhecidos de acordo com suas qualidades primárias e secundárias. No exemplo da piscina, percebe-se que ela possui características objetivas, invariáveis e independentes do observador, as quais estão ligadas a solidez, extensão, movimento, repouso, número e configuração. Tais características invariáveis são as qualidades primárias do objeto. As características variáveis, que podem ser diferentes de acordo com o observador – e que são, portanto, subjetivas, como a cor, o odor, a sabor –, são as qualidades secundárias do ser. Tanto as qualidades primárias quanto as secundárias originam-se do objeto, não existindo por conta própria ou na mente humana sem que o homem tenha contato com o objeto para que elas sejam formadas.

Qualidades primárias: São objetivas e produzem no homem a cópia exata daquilo que o objeto é em si mesmo. São qualidades dos próprios seres sem precisar do auxílio do homem para que existam.

Qualidades secundárias: São subjetivas e, portanto, não se assemelham exatamente àquilo que o objeto traz em si. São qualidades nascidas do encontro entre o homem e o objeto.

Ideias simples e ideias complexas

Como vimos anteriormente, as ideias simples são formadas pela capacidade do homem de receber as informações dos objetos, podendo ser constituídas por qualidades primárias ou secundárias do ser. Porém, uma vez que o homem adquire essas ideias simples, elas juntam-se na mente humana das formas mais variadas possíveis. Assim, as ideias complexas são produzidas pelo homem a partir das ideias simples. Em suma, a ideia complexa é a reunião de várias ideias simples.

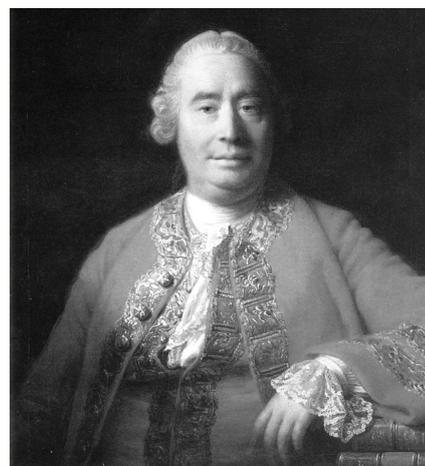
Desse modo, as ideias simples são adquiridas de forma passiva, e as complexas de forma ativa, já que o homem pode ordená-las e compô-las de várias maneiras, formando novas ideias a partir dessas separações, composições, distinções, etc. São exemplos de ideias complexas: o espaço, a duração, as ações morais, as coisas corpóreas e as coisas espirituais, a causalidade, a identidade, as ideias morais, dentre outras.

David Hume

Nascido em Edimburgo, na Escócia, David Hume ficou conhecido como um empirista radical, devido ao seu ceticismo em relação às ideias que não têm fundamento nas experiências.

Membro de uma família pertencente à pequena nobreza de proprietários de terra, desde cedo mostrou-se portador de uma inteligência ímpar. Seus pais queriam que ele estudasse Direito e se tornasse advogado, porém, Hume negou-se a dedicar-se a outra atividade que não fosse a Filosofia.

Aos 18 anos de idade, teve a intuição de uma nova “ciência da natureza”. Dedicou-se arduamente aos estudos dessa nova concepção filosófica, a ponto de ultrapassar os limites do corpo, caindo em depressão, doença da qual se livrou somente após longo tratamento.



Allen Ramsay

Hume ficou conhecido como um empirista radical, por excluir qualquer forma de conhecimento de coisas que não podem ser experimentadas.

Sua nova “ciência da natureza” levou-o a um novo cenário de pensamento que culminou com sua obra magistral, *Tratado sobre o entendimento humano*, publicada em Londres em 1739. Em sua 2ª edição, em 1748, a obra sofreu algumas alterações e recebeu um novo nome: *Investigação sobre o entendimento humano*. Além dessas obras, Hume publicou, dentre outras menos importantes, a *História da Inglaterra*, um compêndio de 8 volumes ao qual se dedicou durante dez anos.

Hume tentou seguir uma carreira acadêmica, sem sucesso, já que não foi aceito como professor em universidades como as de Edimburgo e Glasgow devido a algumas de suas ideias, interpretadas como ateísmo. Porém, gozou de relativo prestígio em outros campos, ocupando importantes cargos no governo.

Apesar de seus contemporâneos não terem reconhecido o valor do seu *Tratado sobre o entendimento humano*, é nele que se encontram as principais ideias de Hume sobre sua nova concepção de Filosofia.

A ciência do homem

O objetivo da filosofia de Hume era compreender os caminhos e os limites do conhecimento humano. Com Bacon, surgiu um novo método que permitiu ao homem conhecer o mundo e, agora, era necessário utilizar esse método experimental para conhecer o homem e elaborar uma “ciência do homem”. Assim, o objetivo da filosofia de Hume era compreender a origem das ideias e como elas surgiam na mente humana. Dessa forma, o filósofo buscou explicar o “alcance e a força do intelecto humano” e também a origem ou natureza das ideias e como se elas comportam dentro da mente humana.

Seguindo a posição empirista de Locke e Bacon, Hume toma como ponto de partida de sua filosofia a confiança nos sentidos como únicas fontes do conhecimento. Assim, para ele, as ideias têm uma única origem, que se dá nas experiências.

Impressões e ideias

Uma vez que as ideias originam-se das experiências realizadas pelo homem no mundo sensível, essas experiências são a matéria-prima de todo e qualquer conhecimento ou ideias.

Desse modo, todos os conteúdos mentais são originados das impressões sensíveis, que são as percepções imediatas que o homem tem ao experimentar algo. As ideias, por sua vez, são os resquícios das impressões, as lembranças das impressões realizadas no mundo, chamadas por Hume de percepções⁸. As impressões são mais vivas e têm mais força do que as ideias, já que estas referem-se a lembranças, vestígios mentais daquilo que foi experimentado.

A diferença entre impressões e ideias consiste no grau diverso de força e vivacidade com que as percepções atingem nossa mente e penetram no pensamento ou na consciência. As percepções que se apresentam com maior força e violência podem ser chamadas de impressões – e, sob essa denominação, eu compreendo todas as sensações, paixões e emoções, quando fazem a sua primeira aparição em nossa alma. Por ideias, ao contrário, entendo as imagens enlanguescidas das impressões.

[...]

Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 69.

Dessa diferenciação entre impressões e ideias, nasce a distinção entre sentir e pensar. O que diferencia uma coisa da outra é o seu grau de intensidade: o sentir é mais forte, e o pensar é mais fraco. Desse modo, a ideia depende da impressão. Primeiro se experimenta e, como resultado dessa experiência, nasce a ideia. Nas palavras de Hume:

Todas as ideias simples provêm, mediata ou imediatamente, de suas correspondentes impressões.

HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume IV. p. 135.

Impressões simples e complexas e ideias simples e complexas

Hume faz outra diferenciação importante para a compreensão de sua filosofia, que é a distinção entre impressões simples e complexas e ideias simples e complexas.

Impressões simples: são as impressões das características sensitivas particulares do objeto experimentado. Por exemplo: transparente, frio, rígido, etc. Cada uma delas refere-se a um dos sentidos humanos. O vermelho é percebido pela visão, já o frio e a rigidez são percebidos pelo tato.

Impressões complexas: são as impressões do objeto como um todo. Exemplo: gelo, fogo, mesa, etc.

Ideias simples: são as cópias enfraquecidas das impressões simples.

Ideias complexas: são as cópias enfraquecidas das impressões complexas.

⁸ Percepção, para Hume, acompanhando o empirismo de Berkeley, refere-se a tudo aquilo que se apresenta à mente humana. Nesse caso, são tanto as impressões (simples ou complexas) quanto as ideias (simples ou complexas).

Segundo Hume, a mente humana possui a faculdade da memória, que é capaz de guardar as ideias, as quais são lembranças das impressões. Porém, a mente possui outra faculdade, a imaginação, que é responsável pelos inúmeros modos de compor, combinar, separar e distinguir as ideias. A imaginação combina as ideias das mais variadas formas, e essas combinações podem ser tanto frutos da simples fantasia como de outras formas, chamadas por Hume de “princípio da associação de ideias”.

As associações de ideias

Para Hume, as ideias contidas na mente humana associam-se a partir de três princípios mentais, chamados pelo filósofo de propriedades. São eles:

1 – Contiguidade (no espaço e no tempo): associações de ideias que estão ligadas a outras no tempo ou no espaço.

Exemplos: um lugar aconchegante que faz o homem se lembrar de sua cama; a chegada do mês de dezembro, que faz o homem se lembrar do Natal e das festas de fim de ano; uma música, que faz o homem se lembrar de uma pessoa ou de um lugar, etc.

2 – Semelhança: associações de ideias que se assemelham.

Exemplos: uma foto que traz à mente a lembrança da pessoa retratada; a escola atual, que faz o homem lembrar das escolas em que estudou quando era criança pela semelhança da arquitetura da construção; quando o homem entra em uma loja e recorda-se de outro estabelecimento que tinha uma decoração parecida com aquela, etc.

3 – Causa e efeito: associações de ideias que são estabelecidas por causa e efeito.

Exemplo: o fogo que faz lembrar o calor; a fumaça que faz lembrar o fogo; o acidente que faz lembrar a morte ou a dor.

Embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 36.

Desse modo, Hume acredita que as ideias são associadas de distintas maneiras na mente humana. Porém, as ideias verdadeiras são aquelas que têm um correspondente material, ou seja, que nasceram de uma impressão, como a ideia de maçã, de casa, de livro, etc. Essas ideias são verdadeiras porque nascem de impressões sensíveis das coisas. No entanto, é possível a existência de ideias que partam exclusivamente da imaginação humana, a qual associou ideias simples ou complexas formando novos conceitos que não são reais e não passam de fantasia. Como exemplo, podemos pensar nas ideias de sereia e do minotauro, que são associações de ideias fantasiosas, já que não foram originadas da experiência, mas são somente atividade da imaginação, que une a ideia complexa de peixe com a ideia complexa de mulher e forma a ideia de sereia, da mesma forma, une a ideia de homem com a ideia de touro e forma a ideia de minotauro. Nesse mesmo raciocínio, podemos incluir as ideias de montanha de ouro, anjos, demônios, monstros e, inclusive, a ideia de Deus.

Para verificar se uma ideia é verdadeira ou falsa, é necessário analisá-la, buscando as impressões que a originaram. Caso não sejam encontradas essas impressões, o homem saberá que tal ideia é falsa e fruto de sua imaginação, uma vez que todo conhecimento ou ideia verdadeira deve ter sua origem nas sensações ou nas experiências.

Nessa mesma perspectiva, Hume afirma que as ideias de Deus e de “eu” não podem ser definidas. Para o filósofo, a ideia que os homens têm de Deus resulta de várias ideias simples nascidas das impressões obtidas pelos sentidos humanos. Dessa forma, o homem reuniu na ideia de ser superior as ideias originadas de suas experiências particulares de bondade, justiça, compaixão experimentadas nas relações interpessoais. Portanto, para Hume, a ideia de Deus não passa de uma ilusão, assim como a ideia de “eu” enquanto substância ou essência. Segundo o filósofo, essa ideia também não passa de invenção da mente humana, já que é variável e subjetiva, resultando do conjunto de experiências realizadas ao longo da vida do indivíduo.

Quando pensamos numa montanha de ouro, apenas unimos duas idéias compatíveis, *ouro* e *montanha*, que outrora conhecêramos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, pois o sentimento que temos de nós mesmos nos permite conceber a virtude e podemos uni-la à figura e forma de um cavalo, que é um animal bem conhecido.

HUME, David. *Investigações acerca do entendimento humano*. Seção II. São Paulo: Abril Cultural, 1989. Coleção Os Pensadores.

Segundo Hume, a investigação humana, ou seja, os instrumentos com os quais o homem pesquisa e busca conhecer a realidade, divide-se em dois campos de investigação: "as relações de ideias" e "os dados de fato".

A) Relações de ideias: são todas as investigações que se baseiam em conteúdos abstratos e ideias. Trata-se da utilização da álgebra, da geometria e da aritmética como instrumentos para estabelecer uma análise conceitual com base somente nas ideias, uma vez que os números não são reais em si, mas abstrações. Quando o homem alcança a ideia de que $5 + 10$ é a quinta parte de 75, esse raciocínio trata somente de relações de ideias sem que haja qualquer experiência envolvida nesta conclusão. Assim, os resultados dessas investigações são certos e evidentes.

B) Dados de fato: não apresentam a mesma certeza das relações de ideias, não trazendo em si uma lógica, já que são resultados da associação de fatos e experiências baseados em relações de causa e efeito.

Todos os raciocínios que dizem respeito à realidade dos fatos parecem fundados na relação de causa e efeito. É só graças a essa relação que podemos ultrapassar a evidência de nossa memória e dos sentidos.

HUME, David. In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 2. ed. 7v. São Paulo: Loyola, 2001. Volume IV. p. 138.

Hume critica os dados de fato enquanto fonte de conhecimento, já que, para ele, essas relações de causa e efeito que caracterizam os dados de fato têm sempre um caráter particular, porque nascem de experiências particulares dos seres. Os homens realizam generalizações sobre as experiências particulares, criando ideias gerais que dizem respeito a inúmeros objetos reais e particulares que tenham alguma semelhança entre si. Por exemplo, criamos a ideia geral de homem a partir de experiências particulares de vários homens que observamos ao longo da vida. Dessa maneira, esse conceito universal é resultado somente da força do hábito que nos leva a criar essas ideias generalizantes.

Hábitos e costumes

Hume utiliza um exemplo que se tornou clássico para se referir à sua crítica sobre as relações de causa e efeito: se observarmos o movimento de uma bola de bilhar em uma mesa, tudo o que se pode ver é o impacto de uma bola na outra, e desta em outra e assim sucessivamente. A experiência nos mostra apenas as bolas que se chocam e não a existência de algo que faz com que esse acontecimento se torne inevitável, aquilo que os homens chamam de causalidade, ou seja, a relação de causa-efeito

Para Hume, causa e efeito são duas ideias separadas e distintas. Segundo ele, a relação de causa e efeito que os homens, principalmente os cientistas, insistem em encontrar entre os fenômenos não passa de um costume de ver dois acontecimentos sempre unidos, por exemplo, o fermento e a dor, mas isso não significa que um seja a causa e o outro o efeito. Se assim o fosse, seria possível identificar o efeito de alguma causa mesmo antes que esta acontecesse, ou seja, seria possível saber *a priori* qual é o efeito de determinado fenômeno antes que ele ocorresse. E mais, se existisse causa e efeito, sempre que ocorresse uma causa, inevitavelmente seu efeito seria verificado, o que não acontece.

Pense nesse exemplo: acredita-se que a fumaça é o efeito do fogo; porém, são possíveis situações em que haja fogo mas não fumaça, como quando se acende a trempe de um fogão qualquer. Um outro exemplo dado por Hume é: será que Adão, ao ver a água (causa) pela primeira vez, sabia que ela teria o poder (efeito da água) de molhar ou afogar alguém?

Desse modo, o filósofo afirma que são as experiências que nos levam às conclusões que temos acerca dos fatos. Por exemplo, chegamos à conclusão de que o remédio sempre curará a dor de cabeça, pois, até hoje, sempre que tomado, tal efeito foi comprovado. Mas, será que sempre será assim? Será que este efeito sempre ocorrerá? Se existir a relação de causa e efeito, toda vez que o remédio for tomado, a dor de cabeça será curada. Mas, se em alguma ocasião isso não ocorrer, significa então que não existem relações de causa e efeito.

Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta à observação passada, sobre o efeito que dele resultará, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é obvio que essa invenção terá de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 57-58.

Hábito e crença

Hume defende, então, que o costume e o hábito é que levam o homem a acreditar nas relações de causa e efeito, e não algo real e verificável na realidade. Esse costume leva o homem à crença de que tais fenômenos sempre ocorrerão. Essa crença nos dá a ilusão de que estamos diante de um fenômeno determinado por causa e efeito, ilusão esta que nos leva à convicção de que, uma vez ocorrida a causa, o efeito inevitavelmente a sucederá.

Ao fim de sua reflexão, Hume afirma que aquilo que possibilita a relação de causa e efeito não são proposições ou princípios racionais, mas somente um sentimento afetivo-irracional, que é a crença.

O ceticismo de Hume

Hume afirma que todo o conhecimento humano nasce de impressões sensíveis da realidade e da reflexão das ideias que surgem na mente do homem. Porém, essas ideias são sempre variáveis, uma vez que nascem das experiências particulares dos homens, e as relações entre tais ideias são frutos das relações de causalidade, as quais não passam de crenças ilusórias provenientes do hábito.

Desse modo, para Hume, nenhum conhecimento é certo e seguro. Toda a Ciência é resultado de induções que não garantem certeza alguma, já que essas induções são generalizações estereis, sem grau de certeza ou verdade. Portanto, o único conhecimento que o homem pode obter da realidade são probabilidades. A Ciência, que acreditava poder permitir o conhecimento do mundo tal como ele é, que acreditava ser possível encontrar certezas e verdades claras e distintas sobre as coisas, precisa agora contentar-se com hipóteses prováveis, que nunca poderão ser confirmadas como certeza científica.

É nesse sentido e por esses motivos que Hume é considerado um cético. Nosso conhecimento, nossas pretensões à ciência, em última análise, não podem ser fundamentadas, justificadas ou legitimadas por nenhum princípio ou argumento racional. A maneira pela qual conhecemos e pela qual agimos no real depende apenas de nossa natureza, de nossos costumes e de nossos hábitos. [...] Alguns o consideram [Hume] um cético, na medida em que nega a possibilidade de um conhecimento certo, definitivo e justificado. Outros o consideram um naturalista, na medida em que o ceticismo dá lugar ao naturalismo, isto é, à posição segundo a qual é nossa natureza que nos impulsiona a julgar e a agir.

MARCONDES. Danilo. *Iniciação à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997. p. 185.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

- 01.** *Tomemos [...] este pedaço de cera que acaba de ser tirado da colméia: ele não perdeu ainda a doçura do mel que continha, retém ainda algo do odor das flores de que foi recolhido; sua cor, sua figura, sua grandeza, são patentes; é duro, é frio, tocamos-lo e, se nele batermos, produzirá algum som. Enfim, todas as coisas que podem distintamente fazer conhecer um corpo encontram-se neste. Mas eis que, enquanto falo, é aproximado do fogo: o que nele restava de sabor exala-se, o odor se esvai, sua cor se modifica, sua figura se altera, sua grandeza aumenta, ele torna-se líquido, esquenta-se, mal o podemos tocar e, embora nele batamos, nenhum som produzirá. A mesma cera permanece após essa modificação? Cumpre confessar que permanece: e ninguém o pode negar. O que é, pois, que se conhecia deste pedaço de cera com tanta distinção?*

DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 272.

A partir desse trecho e de outros conhecimentos sobre o assunto, **REDIJA** um texto explicando a tese defendida por Descartes e explicitando a importância desse problema para a Filosofia.

- 02.** *Para Bacon, o método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões a partir de tais observações. O método de Bacon é, pois, indutivo. As regras de Bacon eram simples, a tal ponto que qualquer pessoa [...] poderia apreendê-las e aplicá-las. Eram também infalíveis: bastava aplicá-las para fazer a ciência avançar. Naturalmente, nem Bacon nem qualquer outro lograram jamais contribuir para a ciência usando os cânones indutivos – nem os de Bacon, nem os de Mill, nem os de qualquer outro. Porém, a ideia de que existe tal método e de que a sua aplicação não requer talento, e tão-pouco uma extensa preparação prévia, é tão atrativa que ainda existem os que acreditam na sua eficácia. [...]*

Descartes, que, ao contrário de Bacon, era um matemático e cientista de primeira linha, não acreditava na indução, mas na análise e na dedução. Enquanto Bacon exagerava a importância da experiência comum e ignorava a experimentação e a existência de teorias, particularmente teorias matemáticas, Descartes menosprezava a experiência. Com efeito, deveria partir-se de princípios supremos, de natureza metafísica e mesmo teológica, para deles obter verdades matemáticas e verdades acerca da natureza do homem. [...]

A Ciência Natural moderna nasce à margem dessas fantasias filosóficas. Galileu não se conforma com a observação pura (teoricamente neutra) e tão-pouco com a conjectura arbitrária. Galileu propõe hipóteses e submete-as à prova experimental. Funda assim a dinâmica moderna, primeira fase da Ciência Moderna.

BUNGE, Mario. *A Epistemologia*. Tradução de Cláudio Navarra. São Paulo: 1980.

A partir desse trecho e de outros conhecimentos sobre o assunto, **REDIJA** um texto explicando a importância do método científico para a Ciência Moderna.

03. Se um objeto nos fosse apresentado e fôssemos solicitados a nos pronunciar, sem consulta à observação passada, sobre o efeito que dele resultará, de que maneira, eu pergunto, deveria a mente proceder nessa operação? Ela deve inventar ou imaginar algum resultado para atribuir ao objeto como seu efeito, e é óbvio que essa invenção terá de ser inteiramente arbitrária. O mais atento exame e escrutínio não permite à mente encontrar o efeito na suposta causa, pois o efeito é totalmente diferente da causa e não pode, conseqüentemente, revelar-se nela.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 57-58.

Exemplo de causalidade: ciclones tropicais formam-se quando a energia liberada pela condensação da umidade em correntes de ar ascendentes causa uma retroalimentação positiva sobre as águas mornas dos oceanos.

EMANUEL, Kerry. *Anthropogenic Effects on Tropical Cyclone Activity*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Causalidade#cite_note-0. Acesso em: 23 nov. 2010.

De acordo com a filosofia de Hume, **REDIJA** um texto respondendo à seguinte questão: toda causa tem um efeito?

03. (UFMG–2006) Leia este trecho:

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas. Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se, por esse meio, não está em meu poder chegar ao conhecimento de qualquer verdade, ao menos está ao meu alcance suspender meu juízo. Eis por que cuidarei zelosamente de não receber em minha crença nenhuma falsidade, e prepararei tão bem meu espírito a todos os ardis desse grande enganador que, por poderoso e ardiloso que seja, nunca poderá impor-me algo.

DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 88-89.

Com base na leitura desse trecho e considerando outras ideias contidas nessa obra de Descartes, **REDIJA** um texto explicando como o filósofo se mostra capaz de vencer o gênio maligno.

04.

Senhora,

Algumas vezes eu coloquei a mim mesmo uma dúvida: saber se é melhor estar alegre e contente, imaginando que os bens que possuímos são maiores e mais estimáveis do que eles são e ignorando os que nos faltam, ou não parando para considerá-los, ou se é melhor ter mais consideração e saber, para conhecer o justo valor de uns e de outros, e com isto tornar-se mais triste. Se eu pensasse que o soberano bem fosse a alegria, eu nunca duvidaria de que deveríamos dedicar-nos a tornarmo-nos alegres a qualquer preço, e eu aprovaria a brutalidade daqueles que afogam suas mágoas no vinho ou as atordoam com o fumo. Mas eu distingo entre o soberano bem, que consiste no exercício da virtude [...] e a satisfação do espírito que acompanha esta posse. É por isto que é uma maior perfeição conhecer a verdade, mesmo que desvantajosa a nós, que ignorá-la, e eu confesso que é melhor estar menos alegre e ter mais conhecimento.

DESCARTES, R. *Carta a Elizabeth*, de 6 de outubro de 1645.

IDENTIFIQUE a tese defendida por Descartes nesta passagem e, em seguida, **REDIJA** um texto posicionando-se contra ou a favor dessa tese.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. [a razão] é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.

DESCARTES, René. *Discurso do método, para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 29.

A partir do trecho anterior e de outros conhecimentos sobre o assunto, **IDENTIFIQUE** e **EXPLIQUE** a tese defendida por Descartes.

02. O exercício da dúvida é o procedimento identificado com o ceticismo. Descartes, no entanto, utilizou do expediente da dúvida com outro propósito. A respeito de sua conduta e do comportamento dos céticos, Descartes manifestou-se na terceira parte do *Discurso do Método*:

Não que imitasse, para tanto, os céticos, que duvidam apenas por duvidar e afetam ser sempre irresolutos: pois, ao contrário, todo o meu intuito tendia tão-somente a me certificar e remover a terra movediça e a areia, para encontrar a rocha ou a argila.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1979. p. 44. Coleção Os Pensadores.

REDIJA um texto explicando que outros propósitos levaram Descartes a utilizar o caminho dos céticos.

- 05.** *Que ninguém espere um grande progresso nas ciências, especialmente no seu lado prático, até que a filosofia natural seja levada às ciências particulares e as ciências particulares sejam incorporadas à filosofia natural. [...] De fato, desde que as ciências particulares se constituíram e se dispersaram, não mais se alimentaram da filosofia natural, que lhes poderia ter transmitido as fontes e o verdadeiro conhecimento dos movimentos, dos raios, dos sons, da estrutura e do esquematismo dos corpos, das afecções e das percepções intelectuais, o que lhes teria infundido novas forças para novos progressos.*

BACON, Francis. *Novum Organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 p. 48.

REDIJA um texto explicando as condições de possibilidade do progresso da Ciência, segundo o trecho anterior.

- 06.** As idéias, especialmente as pertencentes aos princípios, não nascem com as crianças. Se consideramos cuidadosamente as crianças recém-nascidas, teremos bem poucos motivos para crer que elas trazem consigo a este mundo muitas idéias. Excetuando, talvez, algumas pálidas idéias de fome, sede e calor, e certas dores, que sentiram talvez no ventre, não há a menor manifestação de idéias estabelecidas nelas, especialmente das idéias que respondem aos termos que formam proposições universais que são consideradas princípios inatos.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 51.

De acordo com esse trecho e com outros conhecimentos sobre o assunto, **REDIJA** um texto explicando qual é a origem das ideias para Locke.

- 07.** [...] *embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificamos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro de limites muito reduzidos e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência.*

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 70. Coleção Os Pensadores.

A partir do trecho anterior e de outros conhecimentos sobre o assunto, **IDENTIFIQUE** e **EXPLIQUE** a tese defendida por Hume.

- 08.** (UFMG-2007) Leia estes trechos:

Podemos, por conseguinte, dividir todas as percepções do espírito em duas classes ou espécies, que se distinguem por seus diferentes graus de força e de vivacidade. As menos fortes e menos vivas são geralmente denominadas pensamentos ou idéias. A outra espécie não possui um nome em nosso idioma e na maioria dos outros, porque, suponho, somente com fins filosóficos era necessário compreendê-las sob um termo ou nomenclatura geral.

Deixe-nos, portanto, usar um pouco de liberdade de denominá-las impressões, empregando essa palavra num sentido de algum modo diferente do usual. Pelo termo impressão, entendo, pois, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos.

[...] *todas as nossas idéias ou percepções mais fracas são cópias de nossas impressões ou percepções mais vivas.*

HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. 5. ed. Tradução de Anoar Alex. São Paulo: Abril Cultural, 1992. p. 69-70. (Os Pensadores).

Com base na leitura desses trechos e considerando outras informações presentes na obra citada, **EXPLIQUE**, segundo Hume, a origem da ideia de Deus.

SEÇÃO ENEM

- 01.** *É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que ela é suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo.*

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 32.

John Locke é um dos grandes pensadores da Modernidade, fazendo parte de um seleto grupo de filósofos que receberam o nome de empiristas ingleses. Sua teoria busca responder a um dos problemas filosóficos mais importantes, tanto para a Filosofia quanto para todas as outras ciências: como o homem pode conhecer? Na citação anterior, ele expressa essa questão utilizando uma metáfora. Por meio dessa metáfora, é possível dizer que Locke acredita que o pensamento humano pode

- A) conhecer toda a realidade, independentemente de qual ela seja, pois ele é o único ser racional e sua racionalidade constitui exatamente nessa capacidade.
- B) conhecer somente algumas coisas que estão à sua volta, pois a liberdade de conhecimento é limitada pela capacidade de pensar do homem.
- C) conhecer somente as realidades materiais, de forma que as realidades abstratas, como os sentimentos, não podem ser conhecidos.
- D) conhecer somente aquilo que é experimentável, e o que inclui tanto as coisas materiais do mundo como os sentimentos, como tristeza, alegria, dentre outros.
- E) conhecer somente os objetos e de forma precária, pois o conhecimento é sempre passageiro e incerto, uma vez que muda de pessoa para pessoa.

GABARITO

Fixação

01. Descartes defende que o conhecimento dos seres não se dá através dos sentidos. Ao contrário, como demonstra no argumento citado, os dados observados por meio da experiência são fugidios, ou seja, não são estáveis, e, portanto, não podem ser a fonte do conhecimento verdadeiro sobre o mundo. Se a cera aparece aos sentidos com algumas características sensíveis próprias, tais características se alteram à medida que é aproximada do fogo. Dessa forma, o conhecimento que se obteve da cera, baseado nos dados empíricos, não pode ser o único, uma vez que os dados empíricos sofreram alterações. Conclui-se, portanto, que a fonte do conhecimento verdadeiro não pode ser a experiência, mas sim a razão.

O problema representado pela citação cartesiana diz respeito ao método científico que permite o conhecimento verdadeiro sobre o mundo. Empirismo e racionalismo se confrontam, cada um com seus argumentos, para ver qual deles prevalece como caminho seguro para o conhecimento de fato. Esta é a grande questão da Filosofia Moderna e, para alguns filósofos, o problema mais sério de toda a história da Filosofia, começando pelos pré-socráticos, passando por Platão e Aristóteles e chegando até os modernos Descartes, Locke e Hume.

02. Na Modernidade, a natureza passou por um processo de desencantamento, ou seja, foi possível, a partir daquele momento, conhecer o funcionamento da natureza e do Universo por meio da razão investigativa, inclusive com fins de dominação e de modificação da natureza, que deve estar a serviço do homem e não o contrário. O mundo desencantado é um mundo passível de ser conhecido pelo homem e por isso se fala na formação de um mundo antropocêntrico. Porém, isso não significa que tudo o que o homem diz sobre a natureza e seu funcionamento seja verdade, já que a única coisa que garante a verdade é o método. Por método, entende-se o caminho que leva à verdade. Só o método científico garante que aquilo que se afirma é correto ou incorreto, verdadeiro ou falso. A verdade não é fruto mais da autoridade, mas das razões racionalmente expostas e que são inteligíveis e provadas, principalmente, pela Matemática.
03. Para Hume, a relação causa e efeito é uma ilusão, uma crença nascida do hábito de se ver sempre uma experiência acompanhada de outra, como o fogo acompanhado da fumaça.

Porém, tal relação não se justifica, uma vez que, se ela existisse, todas as vezes que se observasse um fenômeno natural acontecido, ele deveria, sem exceção, vir acompanhado de sua causa; por exemplo, em toda combustão, deveria haver a liberação de fumaça, o que não acontece. Outro argumento utilizado pelo filósofo para contestar a relação causa-efeito é que, se tal relação fosse verdadeira, os homens deveriam ser capazes de determinar os efeitos das causas sem antes tê-las observado em nenhuma outra ocasião, pois se trataria, como no exemplo do ciclone do segundo trecho, de uma lei natural que, por si mesma, não poderia admitir nenhum outro resultado.

Propostos

01. A tese defendida por Descartes é a de que todos os homens possuem as mesmas capacidades e condições racionais ou de pensamento para encontrar as verdades. Se as condições são as mesmas em todos, o que difere entre eles é a aplicação correta dessas condições, ou, dito de outra forma, alguns homens não aplicam sua razão de maneira adequada, resultando, então, em um conhecimento falso do mundo. Observa-se a ênfase que o pensador dá ao método científico como caminho adequado que levará o homem ao encontro da verdade. Sendo um racionalista, Descartes defende que só por meio da razão, e não da experiência, é possível encontrar conhecimentos verdadeiros sobre o mundo, desenvolvendo o seu método cartesiano, que se resume em: regra da evidência, regra da análise, regra da síntese e regra da enumeração.
02. Ao contrário do ceticismo (em um sentido geral), que se caracteriza por duvidar de tudo acreditando não existirem verdades absolutas sobre nada, Descartes utiliza-se do caminho dos céticos, ou seja, da dúvida, para encontrar uma verdade que seja irrefutável. O caminho é o mesmo, mas os objetivos são completamente distintos. A dúvida cartesiana tem como objetivo a purificação para, a partir dela, buscar encontrar uma verdade clara e distinta que possa servir como a base para o seu novo edifício do saber. Como o fogo que retira as impurezas do ouro, deixando somente o metal puro, a dúvida tem o objetivo de purificar as ideias ou verdades, deixando somente resistir a ideia pura, ou seja, irrefutável e sem sombras de dúvida. Esse é o propósito da dúvida na filosofia cartesiana, manifestada especialmente no processo denominado de "dúvida metódica", o qual levará à verdade ou certeza do *Cogito*.

03. René Descartes parte da ideia de que há um gênio maligno, um Deus enganador, que emprega toda a sua indústria em enganá-lo. Porém, ainda que exista tal gênio maligno, Descartes descobre em si uma única certeza: a de que ele, enquanto coloca todas as coisas em dúvida, para isso tem que pensar, ou seja, duvidar, e, enquanto ser que duvida, afirma a sua existência, não restando nenhuma dúvida de que ele próprio é algo, se esse gênio o engana; e, por mais que o engane, não poderá jamais fazer com que ele próprio (Descartes) nada seja, enquanto pensar ser alguma coisa. Assim, Descartes, a partir de uma intuição pura e primeira, chega à conclusão de que, enquanto pensar, ele é, e, se é, logo ele existe, e esta afirmação seria verdadeira todas as vezes que a enunciasse em seu pensamento. Descartes então chega à seguinte posição: *Cogito, Ergo Sum!* (Penso, logo existo!).
04. Tese: é melhor ser feliz e ignorar a verdade, ou é melhor ser menos feliz, porém conhecer a verdade. Em outras palavras, essa tese ressalta a dúvida de se é melhor ser feliz na mentira ou, ao contrário, ser infeliz na verdade.

A segunda parte da resposta é subjetiva (espera-se que o aluno seja capaz de posicionar-se argumentativamente contra ou a favor dessa ideia.) Em questões neste modelo, não existe resposta certa ou errada.

A favor: sou favorável à ideia cartesiana, uma vez que a verdade é um valor soberano e, sem ela, por mais que se queira, o homem não pode ser feliz de fato, mas terá tão somente uma ilusão de felicidade, pois viverá no engano e na ignorância, o que pode levar a uma felicidade ilusória, mas não à verdadeira felicidade nascida do conhecimento verdadeiro sobre si mesmo e sobre o mundo.

Contra: sou contrário à tese cartesiana, pois quem determina a felicidade ou a infelicidade do homem não é a posse da verdade em si, mas a atitude do homem diante da vida. Pode-se pensar, facilmente, em alguém que viva na ignorância de uma traição ou de algo parecido e que seja feliz de fato, não necessitando de conhecimento, uma vez que tal homem ignora inclusive sua própria ignorância. Conhecimento e ignorância dizem respeito a campos diversos daquele que determina ou não a felicidade de um homem.

05. Bacon, faz uma defesa da necessidade da experiência, do empirismo, para o progresso da Ciência. Ao se referir à filosofia natural, o filósofo fala sobre o papel dos sentidos para o conhecimento seguro. Tal corrente epistemológica defende que não é possível o conhecimento verdadeiro de todas as coisas se tal conhecimento não tenha como fundamento os sentidos, as percepções das coisas sensíveis.

Desse modo, não é possível à Ciência progredir se ela não se voltar para a experiência, e essa experiência, que ele denomina filosofia natural, não se dedicar ao conhecimento empírico do mundo. A partir da experiência é possível formar ideias, o que Bacon chama de afecções e percepções intelectuais.

06. Locke defende a tese da tábula rasa. Segundo ele, não há na mente humana absolutamente nenhuma ideia inata que nasceu com ele. Desse modo, todas as ideias que temos são provenientes das experiências que fazemos, sejam elas externas, no mundo exterior, sejam internas, como sentimentos de angústia, sofrimento, alegria, etc. Assim, a origem da ideias está sempre nas experiências e em nada mais. Se existissem ideias inatas, todos os homens, independentemente de sua cultura, localidade e tempo, deveriam alcançar as mesmas ideias sobre todas as coisas, e isso não ocorre na realidade.
07. A tese defendida por Hume no trecho da questão refere-se à origem das ideias. Segundo o filósofo, todas as ideias presentes na mente humana nascem das impressões ou experiências que temos dos seres sensíveis na realidade. Essas experiências nos fornecem a matéria-prima das ideias, que são cópias das impressões que temos em nossa mente. Portanto, por mais ideias que o homem possa elaborar, elas sempre serão produtos de nossa capacidade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os dados que foram formados e adquiridos a partir de nossas experiências no mundo sensível.
08. Na visão de David Hume, sempre que analisamos nossos pensamentos ou ideias, verificamos que eles podem se decompor em ideias simples, que são cópias de sensações ou experiências realizadas. Assim, a fim de exemplificar sua tese, Hume expõe o seguinte argumento, que legitima que as ideias são cópias das impressões: "se evantássemos a ideia de Deus, no sentido de um ser infinitamente inteligente, sábio e bondoso notaríamos que esta ideia é fruto da imaginação ou fantasia humana que, por meio de associações de ideias, toma como fundamento todas as experiências de qualidades positivas e as eleva ao infinito, dando a um ser a característica de possuir todas elas. Portanto, Deus seria fruto da imaginação humana e não um ser em si mesmo."

Seção Enem

01. D